

A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica

Mário Duayer*
João Leonardo Medeiros**
Juan Pablo Paineira***

I venture the judgement, however, that currently in the Western world, and especially in the United States, differences about economic policy among disinterested citizens derive predominantly from different predictions about economic consequences of taking action – differences that in principle can be eliminated by the progress of positive economics – rather than from fundamental differences in *basic values, differences about which men can ultimately only fight* (Friedman, 1994: 182; itálico adicionado).

Social scientists, like everyone else, have class interests, ideological commitments, and values of all kinds. But all social science research, unlike research on the strength of materials or the structure of hemoglobine molecule, lies very close to the content of those ideologies, interests and values. Whether, the social scientist wills it or knows it, perhaps even if he fights it, his choice of research problem, the questions he asks, the questions he doesn't ask, his analytical framework, the very words he uses are all likely to be, in some measure, a reflection of his interests, ideologies and values (Solow, 1994: 243).

Introdução

Em dois extensos artigos publicados na *Revista de Economia Contemporânea* (IE/UFRJ) o professor Marcos Lisboa (FGV/RJ) promove uma desassomburada defesa da ortodoxia (Lisboa: 1997 e 1998). Contrapõe, às críticas heterodoxas, as razões da supremacia da tradição neoclássica. Talvez porque a hegemonia da tradição neoclássica na vida teórica e prática da ciência econômica seja insuficiente para justificar tal superioridade, Lisboa procura reafirmá-la no plano da fundamentação filosófica.

O fato de ter publicado os artigos em uma revista patrocinada por um Instituto no qual predominam posições teóricas heterodoxas indica, além de saudável abertura por parte dos editores, a expectativa de um debate. No entanto, os artigos suscitaram poucas respostas – e, assim mesmo, telegráficas. E não deixa de ser surpreendente que as heterodoxias não esbocem reação contra tal defesa ostensiva da tradição neoclássica publicada em seu próprio periódico, contra a ortodoxia hegemônica no discurso da academia, da mídia e da política.¹ Surpreende, portanto, o silêncio heterodoxo. É bem verdade que as heterodoxias não estão obrigadas a dar resposta a todo pronunciamento ortodoxo. Por um lado, é natural que priorizem a construção do próprio discurso, o desenvolvimento da própria agenda. Por outro, por serem minoritárias, seus quadros (e recursos) são por definição insuficientes para oferecer contra-argumento para cada artigo autorizado pela ortodoxia. Entretanto, é evidente que a crítica tem de se apresentar em certas instâncias, sob pena de não ingressar na esfera pública dos discursos. Tampouco se pode imaginar que a ausência de reação é parte da estratégia do silêncio, deveras comum na academia. Da prática enfim que recomenda não

¹ Discurso hegemônico conservador que, na opinião de Derrida, “procura instalar sua orquestração dogmática em condições suspeitas e paradoxais, [antes de tudo] porque esta conjuração triunfante se empenha na verdade em negar e, neste sentido, encobrir, o fato de que nunca, nunca na história, o horizonte da coisa cuja sobrevivência é celebrada (a saber, todos os velhos modelos do mundo capitalista e liberal) foi tão sombrio, ameaçador e ameaçado” (Derrida, 1994: 38).

* Professor do Departamento de Economia - UFF.

** Doutorando do Instituto de Economia - UFRJ.

*** Mestrando do Instituto de Economia - UFRJ; Analista – BACEN.

O presente artigo, embora possua unidade por si próprio, constitui um produto parcial de um projeto de pesquisa mais amplo que vem sendo desenvolvido pelo GT em Filosofia da Ciência Econômica / UFF. Os professores Maria Célia M. Moraes (UFSC), Fábio de Sá Earp (UFRJ) e Antonio Luis Licha (UFRJ) leram a última versão do trabalho. Sem comprometé-los com as conclusões, registramos nosso agradecimento a seus comentários e críticas.

responder ao adversário, não citá-lo, reduzi-lo ao silêncio, ao anonimato, não favorecer a circulação de suas idéias.² Pois esta estratégia no geral só tem sentido para quem detém a hegemonia.

Quaisquer que sejam as razões a explicar a ausência de resposta, acreditamos que é necessário suspender este embargo crítico em relação a Lisboa. Não há porque sonegar uma resposta, que o autor merece nos planos teórico e ideológico. De fato, julgamos que os artigos de Lisboa têm direito à resposta em virtude da relevância das questões filosóficas que afloram, tanto para a teoria quanto para a política.³ Além disso, o empenho do autor em sistematizar uma fundamentação filosófica atualizada da tradição neoclássica constitui sem dúvida um estímulo ao debate e à reflexão sobre os problemas filosóficos da ciência econômica, ciência na qual tais problemas são freqüentemente encarados, quanto muito, como inútil diletantismo.⁴ As contribuições de Lisboa oferecem, portanto, a oportunidade para uma discussão mais organizada de temas que, entre os economistas do país, têm sido aflorados com uma assistemática que não promove a difusão esclarecida e informada dos problemas filosóficos (epistemológicos, éticos, etc.) inerentes a todas as ciências, incluindo a Economia, é claro.

Em síntese, apesar de discordarmos talvez de cada uma das posições substantivas de Lisboa, acreditamos ser necessário registrar desde logo que consideramos seus artigos relevantes e oportunos. E, ao elaborar uma crítica a suas posições, não alimentamos qualquer expectativa de convencê-lo ou “convertê-lo”. Nessas circunstâncias, diria Kuhn, as conversões, por serem quase religiosas, são bastante raras. Ao contrário de Kuhn, acreditamos que as conversões são improváveis porque são profanas, mundanas, envolvendo por isso muito mais do que um intercâmbio desinteressado e esclarecido de idéias. Mas as idéias, como o dinheiro, têm de circular, ganhar o mundo, e os artigos de Lisboa servem aqui de veículo (pretexto) para a circulação de idéias em tudo opostas às suas. Quem sabe não calham merecer acolhida em regiões até aqui inexploradas?

Dito isso, cabe ainda delinear nesta Introdução a estratégia geral da abordagem de Lisboa. E o termo estratégia vem aqui empregado sem qualquer implicação de necessária deliberação por parte do autor, visto que, muitas vezes, o próprio objeto impõe determinada estrutura expositiva. Os dois artigos, a despeito do sugerido pelos títulos, convergem no propósito quase exclusivo de apresentar e justificar a fundamentação filosófica da tradição neoclássica. Naturalmente, tal sustentação necessita da sanção da filosofia da ciência, e nela Lisboa acredita encontrar amparo para o que considera as três características distintivas da posição filosófica daquela tradição. Em primeiro lugar, trata de mostrar que o instrumentalismo praticado pela tradição neoclássica é plenamente justificável do ponto de vista filosófico. Contra, portanto, o realismo reclamado pelas heterodoxias, insiste no argumento de que a ciência se legitima mais por sua capacidade preditiva, ou instrumental, do que pelo realismo de suas teorias, modelos, hipóteses, etc. Em segundo lugar, como o instrumentalismo a seco desfruta de péssima reputação, Lisboa procura persuadir-nos de que a tradição neoclássica o pratica em providencial conjugação com as bem comportadas prescrições popperianas destinadas a coibir práticas convencionalistas pouco recomendáveis de ajuste *a posteriori* da teoria aos fatos. Finalmente, Lisboa nos assevera que a aderência dos praticantes da tradição neoclássica aos dois “princípios metodológicos” anteriores é possível graças ao caráter formal, leia-se matemático, das construções teóricas no interior da tradição (Lisboa, 1998: 116).

Se esta interpretação é adequada e, de fato, esses são elementos ou instâncias fundamentais do argumento do autor, então fica mais ou menos delineado o roteiro da crítica aqui proposta. O argumento filosófico em favor de (ou contra) uma ciência, dito seja a guisa de ênfase, equivale a defender ou sustentar uma determinada concepção de ciência, de conhecimento produzido pela

² Há muitas ilustrações de tal expediente, mas parece-nos que o caso paradigmático continua sendo o de Foucault que, em seu livro *As Palavras e as Coisas*, consegue a extraordinária proeza de elaborar uma “arqueologia” do dinheiro (da troca, do preço) sem citar Marx uma única vez. Cf. (Foucault, 1988: capítulo VI).

³ Sobre a relevância das teorias filosóficas não somente para a teoria mas em todos os aspectos de nossas vidas, ver (Searle, 1995: 197) e (Norris, 1996: viii).

⁴ “[...] os economistas do *mainstream* concluem freqüentemente que ‘metodologia’ e ‘filosofia’ são irrelevantes para (o progresso da) a ciência econômica, desencorajando-as abertamente...” (Lawson, 1997: 11).

ciência. No caso de Lisboa, o argumento filosófico consiste basicamente em defender a concepção de ciência que acredita ser adotada e praticada pela tradição neoclássica, o instrumentalismo. Por isso, vai ser preciso indagar, preliminarmente, se os desenvolvimentos recentes na filosofia da ciência confluem para tornar o instrumentalismo o fundamento filosófico exclusivo e inquestionável da ciência. A maioria dos diagnósticos, no entanto, sublinha que na filosofia da ciência, sob o influxo das críticas à tradição positivista, impera o mais completo caos. À primeira vista, portanto, parece teoricamente pouco prudente imaginar que evocar o instrumentalismo é expediente bastante para sustentar filosoficamente uma ciência. Além disso, será necessário examinar se os debates contemporâneos em filosofia da ciência facultam, sem problemas, a indigesta combinação de instrumentalismo friedmaniano (anti-realista, relativista) com bom comportamento anticonvencionalista popperiano (realista, não-relativista) preconizada por Lisboa.⁵ Por último, caberá verificar se a linguagem matemática, independente de todas as suas outras qualidades, de fato constitui este meio translúcido, no qual, ao contrário da linguagem natural, é coisa trivial distinguir hipóteses singulares e, ademais, separar sem dificuldade proposições analíticas (teóricas) e sintéticas (empíricas). Em outras palavras, a linguagem matemática é realmente, como parece desejar Lisboa, este meio no qual a consciência está em pleno controle de si mesma, de modo que não lhe escapam, para usar o vocabulário da época, os fios de nossas malhas de crenças?

Dispensa dizer que a discussão das questões anteriores terá de algum modo que tratar da disjuntiva que permeia todos os debates contemporâneos em filosofia da ciência – realismo *versus* anti-realismo. Tentaremos expor as características mais salientes de ambas as posições sem, obviamente, pretender esgotar o assunto. Interessa-nos sublinhar, antes de tudo, que na filosofia da ciência, onde predominam hoje as posturas anti-realistas, como a de Lisboa, não é mais possível ingressar neste terreno propriamente filosófico sem considerar explicitamente os problemas ontológicos. Em outros termos, a ninguém é concedido atualmente, como se fazia nos “auspiciosos” tempos positivistas, desqualificar posições rivais pela simples tática de denegri-las como “metafísicas”, isto é, ontológicas.⁶ Nos dias atuais, realistas e anti-realistas, a despeito de sua polaridade, concordam que não se pode erradicar a ontologia do discurso científico, como pretendeu o positivismo. Por isso, sua diferença está determinada pelo papel que atribuem à ontologia na prática científica. Os realistas tendem a defender a noção de que as ciências buscam e propiciam um conhecimento (ontológico) cada vez mais adequado do mundo. Os anti-realistas tendem a identificar a ontologia como um produto (necessário) da consciência, um construto arbitrário, um esquema conceitual ou ontológico, sem, portanto, qualquer compromisso com a representação adequada da realidade. Se este é o consenso mínimo na filosofia da ciência, parece-nos então que a linha argumentativa de Lisboa padece desta debilidade básica: enruste a ontologia da tradição neoclássica sob a forma de um batido – e discutível – instrumentalismo conjugado com um bom-mocismo popperiano. Manifestação flagrante de tal debilidade é a sua tentativa de especificar o que denomina de tradição neoclássica. Salvo melhor juízo, a tradição neoclássica, na variante de Lisboa, aparece desprovida de qualquer compromisso ontológico, pondo-se na contramão, portanto, do único ponto consensual entre as várias correntes da filosofia da ciência: toda teoria pressupõe (e põe) uma ontologia.⁷

⁵ Para indicar o grau de incompatibilidade entre essas duas posições basta recorrer a uma das inúmeras citações de Popper a propósito do instrumentalismo: “o instrumentalismo pode ser formulado como a tese de que as teorias científicas – as teorias das assim chamadas ciências ‘puras’ – nada mais são do que regras computacionais (ou regras de inferência); fundamentalmente do mesmo caráter das regras computacionais das assim chamadas ciências ‘aplicadas’. [...] A minha resposta ao instrumentalismo consiste em mostrar que há profundas diferenças entre teorias ‘puras’ e regras tecnológicas computacionais, e que o instrumentalismo pode dar uma descrição perfeita dessas regras mas é totalmente incapaz de explicar a diferença entre elas e as teorias. Por essa razão o instrumentalismo colapsa” (Popper, 1963:111). Pheby prestou o serviço de produzir uma feira destas objeções de Popper ao instrumentalismo (Pheby, 1988: 82-4).

⁶ Para modalidades mais mitigadas e/ou ambíguas desta atitude, ver, por exemplo, Schumpeter (1976: parte I) e Joan Robinson (1973: 39 pp.).

⁷ Lisboa questiona veementemente a existência de princípios, valores, hipóteses fundamentais que possam caracterizar a tradição neoclássica: “Em que medida a tradição neoclássica pode ser caracterizada como uma teoria? Afinal há alguma hipótese comum a toda essa tradição neoclássica? O uso de *equilíbrio*? Mas qual conceito de equilíbrio? [...] Ao

Para se ter uma idéia da absurdidade da tese central dos artigos de Lisboa, a saber, o desapego da tradição neoclássica por qualquer princípio, visão de mundo, hipótese, pressuposto, em uma palavra, a obliteração da ontologia, basta considerar a verdadeira coqueluche de estudos sobre pobreza, exclusão social, miséria e temas afins, diretamente inspirados naquela tradição. Apesar de ser programa nada agradável, não seria difícil delinear, pelo exame das categorias que empregam, a concepção (ontológica) de mundo social que tais exercícios macrofilantrópicos subentendem. Quanto às suas motivações, descontada a deliberada manipulação retórico-política, haveria que recorrer às competências da teoria psicossocial para explorar a possibilidade de que alguma espécie de consciência culpada explique este recente surto de compaixão pelos pobres.

Esta é a interpretação. Cumpre, em seguida, sustentá-la.

A Tradição Neoclássica e o Instrumentalismo

Em outro texto, um dos autores do presente trabalho sublinhava uma atitude sem dúvida curiosa nos discursos metodológicos da ciência econômica. Nas ciências da natureza, a se descrever seu desenvolvimento sob a ótica kuhniana, o mundo em suas legalidades imanentes é concebido como imutável. As mudanças paradigmáticas experimentadas por essas ciências em seu desenvolvimento seriam, assim, manifestação de uma apreensão cada vez mais abrangente da complexidade do mundo natural. A ciência deve mudar para dar conta de novos aspectos do mundo natural descortinados pela dilatação da prática humano-social. Enfim, a ciência muda diante de um mundo em si mesmo imutável. E, à medida que assiste à prática, muda para mudar o imutável. Na ciência econômica, e em especial na tradição neoclássica, a explicação kuhniana experimenta uma surpreendente reinterpretação. O desenvolvimento da ciência se manifestaria não nas revoluções paradigmáticas (mudanças substantivas de concepção de mundo), mas nas sucessivas reformulações da fundamentação filosófica de uma mesma concepção de mundo, na confecção de diferentes ornamentos verbais para um mesmo conteúdo. Desse modo, as revoluções kuhnianas na Economia apresentam-se como revoluções “metodológicas”. Neste particular, a ciência econômica, diferentemente da física, por exemplo, apesar de ter como objeto um mundo mutável, plástico, o mundo social, mantém-se imutável para conservar um mundo mutável (Duayer, 1998: 149).

De certo modo, parece-nos que este é o propósito último, consciente ou não, dos artigos de Lisboa. A tradição neoclássica, que durante os longos anos de predomínio positivista vinha invariavelmente lustrada com verniz filosófico daquela corrente, agora, com a falência do positivismo (ver próxima seção), apressa-se em encontrar uma indumentária mais de acordo com a moda filosófica. O conteúdo, por suposto, permanece o de sempre. E a moda, nestes tempos pós-modernos do pastiche, por tolerar as mais extravagantes e inusitadas combinações e misturas, resolve-se numa total ausência de moda. O padrão, supostamente, é a falta de padrão. Na moda filosófica, a moda é o instrumentalismo. A moda é o relativismo, a ausência de moda, de padrão. Para continuar com a metáfora, diríamos que Lisboa tenta vestir a tradição neoclássica com modelos da alta-costura relativista. Nesta seção procuramos indicar as linhas com que cose tal propósito.⁸

A orientação que o autor procura imprimir à sua análise da fundamentação filosófica da tradição neoclássica já se deixa entrever na abertura de um de seus artigos. Referindo-se aos críticos, Lisboa reclama que fustigam a tradição neoclássica sobretudo em virtude do irrealismo de suas hipóteses, em particular do conceito de equilíbrio. A crítica da crítica, portanto, teria duas alternativas: defender, contra as heterodoxias, o realismo das hipóteses ou, ao contrário, sustentar que o realismo das hipóteses é impossível e/ou dispensável. Lisboa opta pela segunda alternativa.⁹

contrário do que defendem diversos heterodoxos, parece não haver qualquer princípio fundamental óbvio que caracterize esta vasta tradição” (Lisboa, 1998: 131). Este argumento é reproduzido em (Lisboa, 1997: 10; 1998: 141).

⁸ Nesta síntese do argumento de Lisboa, optamos por evitar referências recorrentes aos seus artigos de modo a não sobrecarregar o texto com excessivas notas e citações.

⁹ Considerando-se a implausibilidade, muitas vezes anedótica, da maioria das hipóteses da tradição neoclássica, é perfeitamente compreensível que Lisboa tenha “optado” pela defesa do irrealismo.

Naturalmente, o autor reconhece que os debates filosóficos (metodológicos) na Economia reproduzem os debates na filosofia da ciência. E adianta, o que não é irrelevante, como se verá, que a influência mais significativa vem de autores relativistas (Kuhn e Feyerabend). Neste particular, dito seja de passagem, a Economia não chega a constituir um caso especial, dada a ampla difusão do pensamento daqueles autores. Em todo caso, consignado o impacto dos debates na filosofia da ciência sobre a Economia, Lisboa assegura que as “principais referências metodológicas da tradição neoclássica” são o instrumentalismo e o popperianismo, dos quais oferece uma primeira imagem. O instrumentalismo se caracterizaria por um pessimismo quanto à possibilidade de se conhecer a realidade. Na verdade, o cientista que, por antecipação, é pessimista em relação a todo esforço sistemático de conhecer a realidade só pode racionalizar sua prática (científica) desde uma perspectiva pragmática. Conhecer para manipular, seria a máxima do instrumentalista. Não obstante, como é um truísmo afirmar que a manipulação deve estar sob controle, pois a notória promiscuidade entre saber e poder pode se voltar contra qualquer um, a ética popperiana aparece como dispositivo capaz de conter a manipulação dentro de limites tidos como respeitáveis. Em suma, a ciência econômica é uma ciência de resultados e a permanente vigilância popperiana impede que ela se autolegitime por meio da “fabricação” de resultados.¹⁰

Como será indicado na próxima seção, atualmente a referência ao positivismo lógico é um imperativo sempre que se deseja defender uma determinada concepção de ciência. Portanto, para sustentar a posição filosófica supostamente adotada pela tradição neoclássica, como dissemos, instrumentalismo popperianamente contido, Lisboa procede a uma rápida inspeção do positivismo lógico. Rápida porque se trata de afirmar o instrumentalismo e o popperianismo como alternativas críticas ao positivismo lógico. A falência do programa lógico-positivista, somos informados, deve ser atribuída à sua tentativa de fundar o conhecimento científico na experiência. Como a validação do conhecimento por meio da experiência (sensorial) sofre objeções aparentemente insuperáveis desde Hume (século XVIII), que pretendeu ter demonstrado que o raciocínio indutivo padece de uma circularidade incontornável, a falência do positivismo lógico seria inevitável.

Tendo em vista que os aspectos mais relevantes da tradição positivista e as prováveis razões de seu colapso serão tratados com mais detalhe em seção posterior, neste ponto nos interessa apenas ressaltar que não é tão tranqüila, como Lisboa parece acreditar, a apresentação do instrumentalismo como superação crítica do positivismo lógico. Em primeiro lugar, há interpretações de acordo com as quais o positivismo lógico, sobretudo em sua última variante, o método hipotético-dedutivo (H-D) da estrutura das teorias científicas (ver na próxima seção), é compatível indistintamente com as visões realista e instrumentalista do conhecimento científico.¹¹

Além disso, seria perfeitamente plausível argumentar que o instrumentalismo constitui o desfecho previsível do positivismo lógico e que, por esta razão, ao contrário do que imagina Lisboa, longe está de representar a sua superação crítica. Para isso, bastaria considerar o princípio programático central da tradição positivista: conhecimento científico é conhecimento fundado no empírico (na experiência sensível), do qual devem ser purgadas todas as noções “metafísicas” (ontológicas). No entanto, após um longo processo de críticas e autocríticas, a própria tradição veio a reconhecer que sequer se pode garantir a pureza do mais trivial fato empírico. Em razão disso, parece que a conclusão lógica do programa foi a de declarar que o conhecimento científico não possui as qualidades e propriedades inicialmente presumidas ou postuladas. Não é mais conhecimento que se circunscreve, que se constrói, que se estrutura, apenas sobre os fatos. Foi necessário admitir que o conhecimento científico, em uma palavra, não diz a “verdade dos fatos”. Pelo contrário, é uma interpretação dos fatos que, como toda interpretação, revela, contém, carrega ou subentende uma determinada perspectiva. Enfim, que conhecimento científico é uma “leitura”

¹⁰ Uma ilustração do tipo de problema aqui envolvido é oferecida por Solow: “Não há dúvidas de que algumas pesquisas são tendenciosas; os resultados são decididos antes que os dados estejam à mão, ou os dados são cuidadosamente selecionados para provar argumento. Espera-se que a crítica profissional irá detectar este tipo de coisa, mas inevitavelmente uma parte passa despercebida. Onde poderosos interesses estiverem presentes, parte da pesquisa estará conscientemente ou inconscientemente pervertida e o mecanismo crítico estará embotado ou desativado” (Solow, 1994: 243).

¹¹ Caldwell, para ilustrar com um “metodólogo” da ciência econômica, defende esta interpretação (Caldwell, 1982: 26).

dos fatos. Finalmente, foi preciso confessar que os fatos, assim como os textos, comportam infinitas leituras. Desprovido, portanto, da sustentação segura e insofismável dos “fatos”, o conhecimento científico, que agora os interpreta, em lugar de revelar sua verdade, só poderia então se legitimar por sua adequação empírica. No entanto, a própria adequação empírica é insuficiente para prover tal autenticação. Sendo o conhecimento uma interpretação dos fatos, sua adequação está evidentemente pressuposta. Melhor dizendo, sendo leitura dos fatos realizada a partir de determinada ótica, sua adequação (empírica) aos fatos está assegurada por antecipação, a menos, é evidente, de ajustes quantitativos. Neste sentido, como a leitura dos fatos é interna à perspectiva adotada, a sua legitimação pela adequação empírica constituiria um procedimento tautológico. Em virtude disso, a legitimação do conhecimento científico enquanto adequação empírica só pode ser coerentemente defendida se estiver predicada a alguma finalidade, propósito. O conhecimento científico se legitima, portanto, por produzir não uma mera interpretação dos fatos (adequação empírica), mas uma interpretação *útil* dos fatos. Legitima-se, então, por ser instrumental. Desse modo, se o fracasso da profilaxia antimetafísica da ciência prometida pelo positivismo lógico significa, como pretendem os relativistas como Lisboa, o ceticismo terminal da ciência – sua proclamação de que o conhecimento objetivo é inatingível –, então o instrumentalismo pode se visto como a resolução anunciada do programa da tradição positivista, o desenlace previsível de uma missão impossível. Se o conhecimento livre de “valores” mostrou-se impossível, então fica justificado o conhecimento a serviço dos valores – prático-instrumental. Essa questão, fundamental para a interpretação aqui defendida, será tratada com mais detalhe nas seções subseqüentes. Por ora, acreditamos que bastam essas sumárias considerações para deixar claro que Lisboa trafega sem a devida prudência em terreno bastante acidentado.

Feito o parêntese, retomamos o fio da argumentação de Lisboa. Em sua opinião, como já foi dito, instrumentalismo e popperianismo são as fontes de inspiração filosófica da tradição neoclássica. Precisam, por isso, ser justificados. Antes de tudo, seriam concepções que emergem do fracasso do positivismo lógico, em particular da subdeterminação empírica dos termos teóricos (o já aludido problema da indução de Hume). O instrumentalismo, na opinião de seus patronos na Economia, Friedman e Machlup, já o sabemos por Lisboa, resulta de um “profundo ceticismo sobre a possibilidade de compreensão do funcionamento da realidade econômica” (Lisboa, 1998: 118). Como o real é inapreensível pela consciência em sua totalidade, complexidade e infinitude, todo conhecimento, por definição, é “uma construção idealizada do real” (ibid.). Se, de fato, imaginamos que a tarefa do conhecimento é reproduzir idealmente toda a realidade então, naturalmente, todo pensamento é falso. Desta pseudo-aporia, que baralha conhecimento objetivo com conhecimento absoluto, conclui-se que a verdade não pode ser o critério da ciência.¹² Daí a necessidade projetar critérios alternativos. O instrumentalismo, sublinha Lisboa, propõe dois desses critérios – explicação e previsão. O critério da explicação, no entanto, colapsa no problema da subdeterminação, que já respondera pela decadência do positivismo lógico. De fato, este último não teria sido capaz de oferecer réplica ao argumento, devido a Quine, segundo o qual para um mesmo conjunto de dados empíricos é possível construir uma infinidade de teorias (explicações) diferentes. Outra maneira de dizer que o empírico está sempre predicado a determinado esquema ontológico.¹³ Restaria, assim, o critério da previsão, supostamente menos suscetível à manipulação *ad hoc*. Ao contrário da explicação, que daria conta de eventos passados e, por isso, suscetíveis à manipulação, a predição é corroborada ou não por eventos futuros e, em virtude disso, estreitaria a margem de manobra para ajustes *post festum* da teoria aos fatos. De modo que, esquematicamente, a ciência para o instrumentalismo operaria da seguinte maneira. O primeiro passo consiste da criação de modelos ou teorias capazes de gerar previsões empiricamente testáveis. Em seguida, seleciona-se

¹² Trata-se, no caso, da difundida tendência de confundir questões epistemológicas (limites da compreensão humana) com questões ontológicas (existência dos objetos e acontecimentos no mundo real), denominada por Bhaskar de “falácia epistêmica” (Bhaskar, 1997: cap. 1). Cf. também Norris (1997: 210 pp.) para uma interessante crítica baseada, curiosamente, em Nagel.

¹³ Para uma crítica ao relativismo ontológico de Quine, ver (entre outros): Bhaskar 1991: 27-8), (Norris, 1997b: 62 pp; 1996b). Para um contraste, ver a utilização do relativismo ontológico quineano pelo neopragmatismo em (Rorty, 1991: 175 pp).

aquele modelo ou teoria que apresente maior corroboração pelos dados. Em tal interpretação, como a realidade objetiva é por princípio inapreensível, a criação de modelos e teorias encerra um momento de irreduzível arbitrariedade.¹⁴ O que equivale a dizer que, em última análise, o fator decisivo na aceitação ou não de uma teoria é a eficácia preditiva (ibid.: 119).

Desafortunadamente, o critério da eficácia preditiva apresenta problemas tão insuperáveis e insolúveis quanto o da explicação, pouco antes descartado. Disso tem consciência Lisboa, uma vez que aponta a circularidade envolvida na adoção do critério:

a escolha dos critérios utilizados para avaliar empiricamente os diversos modelos não pode ser feita independentemente de uma teoria que a anteceda: a escolha do critério, ou testes empíricos, depende da abordagem teórica utilizada, que define quais os problemas relevantes, as variáveis a serem testadas e como mensurar estatisticamente o relativo sucesso ou fracasso dos resultados obtidos (ibid.: 120).

Enfim, o critério da previsão afirmava que o valor da teoria dependia do sucesso das previsões. Mas, por outro lado, o sucesso das previsões depende da teoria utilizada para fazer as previsões que, por sua vez, depende do sucesso de suas previsões que, por seu lado, depende etc., etc., etc. Lisboa procura contornar esta regressão infinita por intermédio do expediente auto-indulgente do comedimento. Os autores que, na Economia, adotam o instrumentalismo, como Friedman, Lucas e Prescott, conscientes dessa circularidade e, no melhor estilo popperiano, supostamente procedem com muita cautela nesse terreno. Prova desse zelo seriam os resultados contra-factuais que amiúde infirmam seus modelos e hipóteses, levando-os assim a permanentes reformulações e descartes de suas teorias, modelos e hipóteses.

Assim entendido, o instrumentalismo posto em prática pelos autores representativos da tradição neoclássica seria uma encarnação particular das prescrições defendidas por Popper. A se acreditar na leitura de Lisboa, Popper, ao propor a substituição do princípio da verificação pelo da falsificação, resolve a circularidade do critério da eficácia preditiva acima apontado. Adotado o popperianismo, o instrumentalismo não mais objetivaria a verificação empírica de suas hipóteses, modelos ou teorias, mas sim sua falsificação. Em lugar do “testar para verificar”, adotaria a máxima “testar para falsificar”. Mudança de ênfase que, mais do que mero jogo de palavras, indicaria uma alteração substantiva no fazer da ciência. Como verificar se mostrara um procedimento impossível, posto que não há como testar as infinitas instâncias empíricas de qualquer proposição universal, o instrumentalismo fica bem servido com uma concepção filosófica que sustenta que a ciência nada mais é do que o conjunto de proposições falseáveis, porém ainda não falseadas.

Popper parece, portanto, nas mãos de Lisboa, providencial ao instrumentalismo.¹⁵ Primeiro, porque presumivelmente contorna o problema da indução (verificação) e, de bônus, oferece suporte à idéia instrumentalista de que a verdade objetiva é inatingível e, por conseguinte, irrelevante. A ciência, nessa visão, é uma prática que consiste na formulação de conjecturas a partir das quais são deduzidas proposições testáveis. As teorias são retidas enquanto são corroboradas e descartadas tão logo sejam falsificadas pelos testes empíricos. Em síntese, a adequação empírica constitui o objetivo, o critério e o princípio regulador da ciência.

Não obstante, como tudo aqui gira em torno da adequação empírica, é preciso recordar que o falsificacionismo popperiano padece das mesmas dificuldades de demarcação do empírico enfrentadas por todas as variantes do positivismo. Por esta razão, aliás, alguns autores sugerem que o popperianismo ainda está preso a uma problemática tipicamente positivista (Lawson, 1997: xv). Trata-se da questão, já aludida e por demais conhecida, de que os fatos são carregados de teoria (*theory laden*). Se os fatos são carregados de teoria, a delimitação do empírico está antecipadamente

¹⁴ A extensão angustiante dessa arbitrariedade é expressa da seguinte maneira: “[no instrumentalismo é] irrelevante se as hipóteses utilizadas pelo modelo são inconsistentes com alguma observação ou mesmo as hipóteses utilizadas por outros modelos que estudam problemas empíricos. Cada problema empírico estudado pode, no limite, requerer um modelo alternativo” (Lisboa, 1998: 119).

¹⁵ É preciso lembrar, aqui, que esta interpretação instrumentalista de Popper por parte de Lisboa está longe de ser consensual. Afinal de contas, o próprio Popper, ao manter que a verdade constitui o “princípio regulador” da prática científica, parece guardar uma prudente distância do instrumentalismo. Cf. nota 5, acima.

determinada pela própria teoria, que, por isso mesmo, disporia de meios para contornar eventuais falsificações pelos dados empíricos. Os testes, neste caso, em lugar de ilustrarem na prática a ética popperiana de falsificação, seriam antes instâncias de autolegitimação das teorias. As estratégias anticonvencionistas de Popper são projetadas como suposta solução para tais dificuldades. Consistem de um “conjunto de regras metodológicas”, recorda Lisboa, destinado a evitar que os cientistas introduzam hipóteses *ad hoc* com a finalidade de burlar os testes empíricos. Lisboa, juntamente com muitos outros comentaristas, sublinha que Popper transita, com este movimento, de uma teoria descritiva para uma teoria normativa da ciência (Lisboa, 1998: 124) – enfim, de uma teoria da ciência a uma ética para a ciência. Por isso caracterizamos acima o instrumentalismo defendido por Lisboa como um instrumentalismo popperianamente contido. Digamos, um instrumentalismo “ético”.

Dentre as várias objeções dirigidas às idéias de Popper, Lisboa destaca o caráter “ingênuo” de seu falsificacionismo. A teoria é ingênua porque minimiza os efeitos da inter-relação entre teoria e “fatos” empíricos e, em conseqüência, não leva em conta a natureza “inercial” das próprias tradições científicas. Por desprezar, portanto, a força institucional das teorias estabelecidas, Popper oferece uma ética científica que opera num vazio ideal, livre de qualquer condicionamento histórico-social. Por isso, sua teoria subentende a imagem de cientistas sempre prontos para se despojarem de suas mais caras teorias. Daí a ingenuidade de sua teoria normativa da ciência e a necessidade, enfatizada por Lisboa, de superar as limitações de sua concepção. Limites que, numa leitura *standard* da história recente da filosofia da ciência, são ultrapassados nas formulações de Kuhn e Lakatos.

Kuhn e Lakatos, nesta interpretação muito difundida e reproduzida por Lisboa, são integrados na análise para transformar o falsificacionismo “ingênuo” de Popper em falsificacionismo “sofisticado” de Lakatos. O primeiro autor, Kuhn, em suas investigações sobre a história das ciências, refuta a idéia de Popper de que os cientistas são zelosos praticantes do falsificacionismo. Segundo Kuhn, a história empírica das ciências mostra com fartura práticas de autovalidação ou autolegitimação da teoria que a cada vez é hegemônica. Tais práticas caracterizariam aquilo que denomina de ciência normal. A ciência normal pressupõe o compartilhar de um mesmo paradigma, que compreende desde noções mais gerais sobre a estrutura e a configuração do mundo até a definição do campo fenomênico relevante, bem como técnicas e critérios de tratamento e teste dos dados. Tais paradigmas constituiriam a base de tradições internas a cada ciência, cujo desenvolvimento seria marcado por uma sucessão de paradigmas (tradições) radicalmente distintos e, neste sentido, incomensuráveis. O ponto a enfatizar é que, assim entendidas, as ciências obviamente excluem a suposta ética popperiana, uma vez que os testes empíricos são sempre internos ao paradigma.¹⁶

Do ponto de vista da interpretação alinhavada por Lisboa, uma das conclusões de Kuhn é particularmente proveitosa. A rigor, Lisboa está interessado na afirmação de Kuhn de que a ciência em última instância se resolve – e, por conseguinte, se legitima – em técnicas preditivas. Por isso, destaca passagem da obra daquele autor na qual a relevância da teoria consiste basicamente das técnicas preditivas que implica e envolve. O papel da teoria, neste particular, seria o de explicar e justificar o sucesso de suas técnicas preditivas e, sobretudo, servir de meio para seu permanente aperfeiçoamento, em abrangência e precisão.¹⁷ É perfeitamente compreensível que o papel da teoria seja tão deflacionado, uma vez que, sob a ótica kuhniana, a teoria tem um caráter assumidamente “metafísico”, e se estrutura sob a base, em geral implícita, de um paradigma. Por esta razão, a teoria kuhniana parece emprestar sustentação ao critério da predição, agora não em termos positivistas ou popperianos, mas relativistas. Relativista porque “os princípios fundamentais que caracterizam os diferentes paradigmas podem ser incomparáveis, impossibilitando qualquer

¹⁶ A concepção de Kuhn será tratada com mais detalhe na próxima seção.

¹⁷ Lisboa exprime do seguinte modo essa concepção de teoria: “Cabe à análise teórica procurar restringir o conjunto dos resultados teóricos possíveis gerando proposições que explicitem quais as hipóteses adotadas e cujas conclusões possam ser testadas. Os testes empíricos levam a uma eventual rejeição, ou não, dos modelos e permitem uma melhor avaliação das conseqüências das políticas econômicas e da intervenção dos mercados” (Lisboa, 1997: 36).

discurso sobre o desenvolvimento científico. No jargão relativista, paradigmas distintos podem ser incomensuráveis” (Lisboa, 1998: 126). Em outras palavras, Lisboa recorre aqui à conhecida equação de inspiração kuhniana: como a ciência evolui pela sucessão de paradigmas incomensuráveis (relativismo), cada tradição teórica (paradigma) se legitima enquanto for capaz de prover técnicas preditivas para o complexo de fenômenos por ela mesma delimitado e priorizado. Significa dizer, legitima-se por sua capacidade preditiva. Por conseguinte, as mudanças paradigmáticas são eventos estritamente empíricos, insubmissas a toda e qualquer racionalidade. Paradoxalmente, no entanto, tais mundanos eventos empíricos sempre transbordam na “metafísica”, no transempírico, uma vez que envolvem a troca radical e substantiva de uma visão de mundo por outra. Sobre essa questão, cuja irrelevância constitui, por assim dizer, o núcleo da tese de Lisboa, nos estendemos em outros momentos do trabalho, posto que defendemos tese justamente oposta.

Se Kuhn é o teórico que afirma a natureza “metafísica” do discurso científico, é fácil perceber que com isso subtrai da ciência aquela que seria sua marca distintiva e fonte de seu prestígio social, a saber, a sua capacidade de apreender a realidade objetiva. Se a noção de paradigma denota, entre outras coisas, o conjunto complexo de noções compartilhadas pelos cientistas, e se estas últimas são expressão, entre outras coisas, de uma cultura, de uma época, de uma situação de classe, gênero, etnia, então a diferença entre o discurso científico e o discurso cotidiano, com suas injustificadas superstições e preconceitos, seria mais uma questão de grau do que de natureza. O conhecimento, para colocá-lo cruamente, consistiria sempre no rebatimento ou projeção na realidade de nossos interesses, valores, preconceitos, e assim por diante. A depreciação do *status* da ciência implicada em tal concepção dispensa maiores comentários. De acordo com o filósofo pragmático americano R. Rorty, por exemplo, a sensação de perda de prestígio que implica responde em parte pela recepção negativa das idéias de Kuhn por setores da comunidade científica.¹⁸

Considerando, portanto, o potencial destrutivo das idéias de Kuhn para o prestígio da ciência e suas instituições, Lakatos talvez possa ser encarado como o teórico que reconduziu a polêmica para os marcos tratáveis da moderna ciência, amplamente institucionalizada. Sob este ponto de vista, é o teórico que, mais do que Kuhn, serve aos propósitos da estratégia de argumentação de Lisboa. Sobretudo, porque forneceria a teoria da ciência “atualizada” capaz de justificar a prática científica da tradição neoclássica. Uma teoria que combina as regras metodológicas de Popper com as qualificações de Kuhn sobre o condicionamento social, político, cultural e institucional da ciência sem, contudo, conceder espaço para interpretações “anarquistas” do progresso da ciência. O desenvolvimento da ciência que, nos marcos conceituais de Kuhn, possui uma dinâmica interparadigmática insondável, quando arrumado no quadro claramente institucionalizado dos PPCs (Programas de Pesquisa Científicos) de Lakatos adquire uma imediata inteligibilidade. Os PPCs constituem tradições científicas compostas por núcleos rígidos (de concepções substantivas) cercados de teorias deles deduzidas (cinturão protetor). A dinâmica da ciência consiste da expansão das teorias que circundam o núcleo rígido, numa lógica que se explica pelo imperativo de colonizar, sob as condições e limites interpretativos postos e impostos pela tradição, territórios cada vez mais extensos do empírico.

Nesta descrição desde logo institucional da ciência não há lugar, é claro, para o descarte imediato de teorias pressuposto pelo falsificacionismo “ingênuo” de Popper. Ocupa seu lugar o pretenso falsificacionismo sofisticado de Lakatos, que “reconhece a impossibilidade de diferenciar entre argumentos teóricos e fatos empíricos, assim como a possibilidade de manutenção da teoria mesmo quando esta é falsificada através do uso de hipóteses auxiliares” (Lisboa, 1998: 126). Por isso, ao contrário de Popper, para Lakatos “uma teoria é falsificada apenas quando uma teoria alternativa com maior grau de falseabilidade é desenvolvida” (ibid.). A falsificação “sofisticada” depende, portanto, da existência de uma teoria alternativa com conteúdo empírico que excederia o

¹⁸ De acordo com Rorty, Kuhn procura se retratar diante de tais reservas desbastando os resultados mais heterodoxos de sua teoria. Rorty lamenta, naturalmente, este recuo tático de Kuhn e, intitulando-se “kuhniano de esquerda”, leva a proposta de Kuhn à sua radical conclusão: a refutação da epistemologia. Sobre a reclamada herança kuhniana de Rorty, ver (Duayer & Moraes, 1997).

da predecessora. Esquema interpretativo, como se vê, tremendamente oportuno, pois explica a dinâmica da ciência como um movimento autônomo no interior de cada tradição e sujeito a um critério exclusivamente empírico. Uma tradição subsiste à medida que mantenha sua capacidade de colonização do empírico ou, para dizê-lo sem metáforas, quando sua capacidade preditiva é atestada por novos e novos fenômenos empíricos.

Esse tipo de idéia traz dilemas terríveis para concepções hegemônicas que não enxergam alternativas teóricas fora de si mesmas, tal como ilustra Lisboa:

Na ausência de uma teoria alternativa e dada a existência de observação que contradiz o argumento utilizado, como dar prosseguimento à teoria? Lakatos [...] essencialmente segue Popper, utilizando o conjunto de regras metodológicas que restringem as alterações e hipóteses auxiliares aceitáveis a fim de evitar as estratégias convencionalistas [de autolegitimação]. Essencialmente, essas regras impõem que as alternativas teóricas propostas [no interior de um mesmo programa de pesquisa] não reduzam o conjunto de observações que falsifiquem a teoria original (ibid.: 127).

Naturalmente, do ponto de vista da teoria de Lakatos essa incapacidade de uma teoria olhar para fora de si mesma é um truísmo, porque a noção de paradigmas (Kuhn) ou programas de pesquisa científicos (PPCs de Lakatos) incomensuráveis cancela por princípio a possibilidade de se descortinar, desde o interior de um paradigma ou PPC, a(s) sua(s) possível(is) superação(ões). Está subentendida aqui, como se pode perceber, uma concepção de progresso da ciência fundada no exame empírico da história das ciências, mas que, surpreendentemente, compreende a história como uma sucessão absolutamente contingente de eventos. Desta concepção aistórica da história da ciência resulta o dilema assinalado, pois qualquer tradição tem justa consciência de seu caráter efêmero e, apesar disso, mas também por isso mesmo, pratica estratégias “honradas” – não convencionalistas – de sobrevivência. Teoria do progresso que, a rigor, não explica o progresso, mas dispõe-se apenas a elucidar as práticas de manutenção (sobrevivência). Teoria da mudança que, espantosamente, se desobriga da necessidade de explicar a mudança.

Trata-se de uma teoria portanto que deixa entrever uma dinâmica *interparadigmática*, mas não a explica, concentrando-se tão somente na dinâmica *intraparadigmática*. Daí sua importância para a linha de argumentação de Lisboa. A rigor, com a chancela de Lakatos, Lisboa inspeciona o programa de pesquisa científico (PPC) da tradição neoclássica do ponto de vista da dinâmica *intraparadigmática*. Esse programa de pesquisa seria caracterizado da seguinte forma:

A tradição neoclássica não é um conjunto de modelos que deve ser utilizado como norma nos estudos econômicos, mas sim um projeto de pesquisa que procura mapear, teoricamente, em que circunstância cada resultado é válido e em que circunstância não. [...] Conhecimento teórico, nesta tradição, significa o mapeamento das relações de causalidade: quando e sob que condições há contra-exemplos. Os casos não conhecidos definem os campos de pesquisa. [...] À medida que as relações de causalidade são estabelecidas, e os diversos casos são mapeados, não apenas aumentam as relações conhecidas mas, com frequência, novas questões são introduzidas, abrindo novas áreas de pesquisa (Lisboa, 1997: 34).¹⁹

Mediante inúmeros exemplos, escandidos ao longo de seus dois artigos, o autor procura defender o caráter progressivo da dinâmica *intraparadigmática* da tradição neoclássica, como indicado na citação. A tradição, pela estrita observância dos procedimentos anticonvencionalistas prescritos por Popper e Lakatos, em particular por seu total desapego a princípios fundantes irredutíveis, teria sido capaz de aperfeiçoar continuamente suas técnicas preditivas tanto em

¹⁹ Incidentalmente, é preciso salientar que não é possível falar em causalidade no âmbito da abordagem instrumentalista, apesar do farto uso que Lisboa faz do termo. A relação de causalidade pressupõe uma concepção realista de conhecimento científico. Se o ponto de partida da análise de Lisboa é a postulação de que o real é inapreensível, parece trivial concluir que não se pode, neste caso, aludir a relações de causalidade. Como falar de uma coisa como causa de outra se nada posso saber da realidade objetiva? Em outras palavras, na perspectiva que adota o autor, o máximo que se pode afirmar é que duas coisas, fatos, fenômenos ou variáveis são contíguos, concomitantes, ou correlacionados. Este é o grau máximo de associação que sua abordagem admite afirmar.

abrangência quanto em precisão.²⁰ Tal “inquestionável” sucesso preditivo explicaria a razão, nos termos de Lakatos, da hegemonia da tradição neoclássica. Este é o argumento final de Lisboa para silenciar a “miserável crítica heterodoxa”. A “miséria da heterodoxia”, em síntese, é a miséria de sua capacidade preditiva.

Se a hegemonia da tradição neoclássica foi metaforicamente representada como “cheia do *mainstream*” por Possas (1997), Lisboa toma essa figura para explicar lakatosianamente a capacidade infinita da tradição de invadir e colonizar o campo empírico da heterodoxia. Alargamento das margens e assoreamento, efeito e causa da “cheia”, expressariam tanto a capacidade da tradição de abarcar novos fenômenos empíricos como sua renúncia à profundidade (seu desprendimento em relação a eventuais princípios fundantes). Portanto, nesta disputa discursiva, o que constituía um defeito da tradição para o crítico (Possas) é convertido em sua principal virtude pelo crítico do crítico (Lisboa).

Salvo melhor juízo, esse parece ser o conteúdo fundamental do argumento de Lisboa contra as diatribes heterodoxas, teimosamente centradas na falta de realismo da tradição neoclássica. A filosofia da ciência contemporânea, quer demonstrar sua resenha, ensina que a ciência se justifica não por seu realismo, mas sim por seu caráter instrumental. Cabe-nos frisar agora que, em toda essa discussão, o que fica posto de lado, convenientemente ocluído por Lisboa, é o nexos existente entre a determinação última das teorias pelo paradigma, no caso de Kuhn, ou pelo núcleo rígido, no caso de Lakatos, e a adequação empírica. Por mais heróico que seja o desprendimento de uma teoria por seus postulados e axiomas fundamentais, o mínimo ensinamento que se tira daqueles autores é que qualquer ciência, queira ou não, conscientemente ou não, pressupõe (e põe) uma visão de mundo. Se as teorias, na leitura relativista daqueles autores, são enfim construtos, se estão predicadas a esquemas ontológicos, então é um truísmo afirmar que a ciência está sempre constituída por uma visão de mundo, ou “malha de crenças”, que determina suas noções de eficácia, de utilidade, de delimitação do empírico, etc.

Esta é a razão pela qual afirmamos, na Introdução do presente trabalho, que, a despeito de suas posições em tudo antitéticas, realistas e anti-realistas partem do consenso mínimo de que a ontologia é momento constitutivo da prática das ciências e, portanto, de sua investigação. Realistas e anti-realistas divergem sobre a objetividade ou não das imagens que a ciência oferece do mundo, digamos, de seus “construtos”, mas de modo algum negam que sejam momentos imanentes de qualquer teoria científica e muito menos minimizam seu impacto na vida social enquanto visões de mundo (ontologias) afiançadas pela ciência, abonadas por sua autoridade. Para suprimir essa que é a característica mais saliente do moderno debate na filosofia da ciência, Lisboa desbastou completamente essas implicações óbvias do pensamento dos autores que trouxe à discussão para referendar seu argumento. Precisamente por isso indaga, entre *naive* e surpreso, se

Há um projeto invisível, que controla e justifica minha pesquisa, e que eu ignoro? Será que faço parte de um pacto inconsciente com Mefistófeles, que virá mais tarde reclamar o que lhe é de direito? (Lisboa, 1997: 6).

Em consonância com a tradição neoclássica, Lisboa dá voz aqui, em sua perplexidade, ao sujeito da teoria. Sujeito irreduzível que não pode, por isso mesmo, se pensar condicionado, em suas visões de mundo, em sua prática, corriqueira ou científica, por valorizações, motivações, finalidades, preconceitos e instâncias suprapessoais, sociais. Não cabe aqui nos estendermos sobre a curiosa sociabilidade episódica dos sujeitos da tradição neoclássica. Importa apenas sublinhar que não faz o

²⁰ A importância do desapego da tradição em relação a princípios fundantes para o seu caráter progressivo talvez venha bem caracterizada na seguinte passagem de Lisboa, centrada no princípio do equilíbrio.

A teoria do equilíbrio geral se desenvolve, precisamente, procurando superar as restrições apresentadas pelo modelo Arrow-Debreu-McKenzie. Este desenvolvimento levou à construção de modelos com mercados sequenciais e ativos financeiros, imperfeições no mercado de capitais e de trabalho, expectativas racionais e não-racionais, bancarrota, assimetria de informação e comportamento estratégico, entre outras generalizações. Sobretudo, este desenvolvimento se caracteriza pela multiplicidade de noções de equilíbrio utilizadas, que com frequência refletem restrições distintas sobre as expectativas individuais (Lisboa, 1998: 137).

Em outros momentos de seus textos, o autor utiliza argumento idêntico para outros princípios da tradição, tais como racionalidade, individualismo e convexidade.

menor sentido, no quadro teórico demarcado pelos autores evocados pelo próprio Lisboa, pretender que os sujeitos do conhecimento científico não sejam agentes, inocentes ou não, de uma atividade coletiva, social. Em termos lakatosianos, inocente ou não, todo cientista está impregnado pelo núcleo rígido. Para Lakatos, ao que tudo indica, o PPC é uma totalidade que se move em sua periferia, que se expande a partir de um núcleo rígido. Para Lisboa, diferentemente, o PPC é uma totalidade que se desloca, que se dilata sem eixo, sem fulcro, desnucleada. O que equivale a dizer que toda tradição científica consistiria de um aparato instrumental de processamento de dados empíricos que funcionaria num perfeito vácuo de significação.

Talvez possamos ilustrar o caráter absurdo dessa concepção instrumentalista de ciência se considerarmos que Lisboa apresenta uma versão “atualizada” do instrumentalismo de Milton Friedman, autor cuja influência metodológica na tradição neoclássica considera decisiva, como já vimos. Em seu clássico artigo metodológico, Friedman defende a idéia de que é possível e desejável desenvolver uma “teoria econômica positiva”. Antes de demonstrar como se constrói tal “economia positiva”, Friedman reconhece com espantosa franqueza (ou terá sido ingenuidade?) que “diferenças fundamentais” em relação ao que denomina “valores básicos” só podem ser resolvidas pela luta. Afortunadamente, no mundo ocidental, e especialmente nos EUA, esta luta não precisaria ser travada, pois nessas ditosas regiões do mundo (na década de 50) já prevaleceriam “valores básicos” consensuais. Precisamente a razão pela qual seria possível, segundo Friedman, desenvolver uma “economia positiva”, ou seja, uma teoria econômica que trata “do que é”. Disto se pode concluir, em boa lógica (formal), que “o que é”, ou seja, a economia positiva, é determinado pelos “valores básicos”, supostamente consensuais no mundo ocidental. Tivesse Friedman conhecimento de Lakatos, por exemplo, diria que “o que é” (economia positiva) é determinado pelo “núcleo rígido” constituído, entre outras coisas, pelos “valores básicos”. E que, neste caso, a ciência positiva é a ciência instrumental (útil, portanto) de tais “valores básicos”. Em síntese, teria chegado à conclusão que a sua “economia positiva” é a ciência dos *seus* “valores básicos” – ciência “normativa”. Perceberia, assim, que sua tentativa de diferenciar entre “economia positiva” e “economia normativa” é completamente incongruente e, por isso, falaciosa. Sem mencionar, claro, o seu caráter ostensivamente ideológico. Lisboa, ao contrário de Friedman, conhece e recorre a Lakatos e, por isso, jamais poderia tentar veicular a idéia de que a tradição neoclássica é desprovida de “valores básicos”; que funciona, na anexação de novos territórios empíricos ao seu império, sem “núcleo rígido”.

Certamente, pode-se concordar com Lisboa que a tradição neoclássica tem flexibilizado, para usar um termo encantatório contemporâneo, seus axiomas e postulados, tais como equilíbrio, racionalidade, entre outros, de modo a atender aos imperativos do ajuste empírico, para aperfeiçoar sua “capacidade preditiva”, sua “adequação empírica”. Mas tal flexibilidade não cancela o fato de que a tradição neoclássica pressupõe e põe uma ontologia perfeitamente identificável, um “núcleo rígido” que representa uma estrutura do mundo social imediatamente reconhecível, um paradigma inconfundível da sociedade e da economia – “valores básicos” incluídos. Este é o mínimo que os debates das últimas décadas na filosofia da ciência impõem admitir.

Portanto, a questão, hoje como ontem, não é a de explicar a eficácia prática que Lisboa cobra das heterodoxias. A questão é se a “eficácia prática” é critério bastante para determinar a natureza e o papel da ciência. Pois admitida a ontologia como dimensão ineliminável do saber científico – tanto por realistas como por não-realistas (relativistas) –, permanece por ser apreciada uma questão delicada, talvez inconveniente: se a “eficácia prática” está predicada aos valores do paradigma, do núcleo rígido, do esquema ontológico, do construto, e assim por diante, subjacentes a cada tradição, como comparar a sua eficácia relativa? E a questão ainda mais delicada, e talvez mais inconveniente: como ajuizar os “valores básicos” pressupostos e postos por cada tradição teórica e de cuja realização cada uma é instrumento? Em poucas palavras, adotado o critério da “eficácia preditiva”, quando chega o momento, sobretudo nas ciências sociais, de indagar sobre os valores que uma determinada tradição científica instrumentaliza? Quando chega a hora da pergunta: os “valores básicos” que fretam a tradição neoclássica e que ela imagina transportar com grande eficácia são os únicos valores socialmente apreciáveis? Procurando contornar indagações

incômodas como estas, Lisboa faz das tripas coração para não assumir a existência de um núcleo rígido na tradição neoclássica. Para ele, a tradição neoclássica é um objeto mutante, pois caracteriza-se por “uma permanente construção de modelos alternativos, substituição das hipóteses utilizadas e incorporação de novos problemas” (Lisboa, 1998: 143). Não obstante, como se legitima exclusivamente pela instrumentalidade, a tradição neoclássica é um mutante sempre a serviço do imutável, dos “valores básicos”. Significa dizer que todo empenho do autor não o livra nem daquelas indagações, nem da mais fundamental de todas as questões: adequação empírica para quem?

No entanto, Lisboa, em sua defesa apaixonada da tradição neoclássica, não tem como oferecer resposta a tais indagações, uma vez que embarga, por princípio, a tematização do papel da ontologia, dos “valores básicos”, da “metafísica”, na prática da ciência. Na verdade, a mera formulação de tais questões tem por pressuposto a admissão explícita do caráter insuprimível da ontologia no conhecimento científico. Por isso, para defender uma outra concepção de ciência que, ao contrário da oferecida por Lisboa, não subtraia dela as questões realmente fundamentais, questões que têm a ver com o proveito humano do saber científico, será necessário recontar a história recente da filosofia da ciência desde outra ótica. Ao contrário de Lisboa, defenderemos uma interpretação de acordo com a qual a falência do programa lógico-positivista e as debilidades das teorias relativistas que imaginam tê-lo superado decorrem justamente da sua tentativa de interditar a ontologia da prática científica.

Antes de passarmos à próxima seção, entretanto, cumpre explicitar, ainda que marginalmente, uma última objeção, aflorada na Introdução, à estratégia discursiva de Lisboa. Indicamos, naquele ponto, que Lisboa atribui as virtudes da análise teórica neoclássica ao seu uso da linguagem formal. Em suas palavras:

Ao contrário do que propõem alguns críticos, a análise teórica formalizada não tem como objetivo apenas demonstrar a consistência interna de algum argumento verbal ou generalizar exemplos. Do meu ponto de vista, a formalização explicita a necessidade de hipóteses que podem passar despercebidas pela análise verbal, aponta dificuldades conceituais imprevistas e sugere problemas em aberto. [...] Enquanto o argumento verbal se exercita em esconder as suas limitações e fragilidades, a precisa especificação das simplificações e reducionismos envolvidos na análise formal delimita o alcance das contribuições e, sobretudo, revela suas inevitáveis restrições (Lisboa, 1998: 116).

Parece-nos que esta fé demonstrada pelo autor no autocontrole da consciência teórica, supostamente favorecido pela linguagem formal, é pouco consistente com sua crítica ao positivismo lógico e a conseqüente defesa do instrumentalismo. Como para o instrumentalismo a idéia de que a representação adequada da realidade é uma questão irrelevante para a ciência – cuja legitimidade resulta tão somente de sua adequação empírica e, associada a ela, sua eficácia prática –, não é possível em seu nome presumir que uma linguagem especial faculta um controle e administração precisos, uma sintonia fina, do conjunto das hipóteses (acerca da realidade) sobre as quais se estrutura a teoria. Naturalmente, é aceitável admitir que a linguagem formal é mais eficaz e conveniente do ponto de vista da adequação empírica e da eficácia prática da teoria. No entanto, desde uma perspectiva instrumentalista não tem sentido justificá-la por supostamente permitir uma discriminação das hipóteses de acordo com a extensão e acuidade de seu realismo. Em outras palavras, se consideramos que a linguagem formal em geral se resolve em modelos que se validam pelo isomorfismo que apresentam em relação a fenômenos empíricos, então sua utilidade prática é um truísmo. Porém, de sua utilidade não se deduz, como quer Lisboa, a propriedade de garantir o pleno controle das hipóteses teóricas. Sob uma outra ótica, se admitirmos que o instrumentalismo tem algum amparo do relativismo ontológico de Quine, para quem é possível construir infinitos esquemas conceituais (ontológicos) capazes de explicar qualquer conjunto de evidências empíricas, então não tem cabimento sustentar a qualidade dos construtos teóricos do ponto de vista de qualquer atributo especial de uma linguagem. Afinal, parece-nos, este é o conteúdo da crítica de Quine à pretensão lógico-positivista de resolver os problemas do conhecimento científico por meio de uma análise lingüística.

A Tradição Positivista e sua Falência

Na filosofia da ciência predominam, nas últimas décadas, correntes que se afirmam pela crítica ao positivismo lógico, concepção de ciência e de explicação científica hegemônica desde o segundo quarto do século XX. Tais críticas respondem em parte pela falência do positivismo lógico hoje amplamente admitida, conforme ilustra o diagnóstico de Suppe: “virtualmente tudo do programa positivista para a filosofia da ciência foi repudiado pela filosofia da ciência contemporânea”, aludindo certamente a autores como Kuhn, Feyerabend, Lakatos, Toulmin, entre outros (ibid.: 632). No entanto, seja pela extensão (no tempo e no território das ciências) do domínio da tradição positivista, seja pelo simples fato de as correntes contemporâneas terem se construído como críticas aos seus dogmas centrais, o positivismo lógico continua presente nas discussões atuais. Em primeiro lugar, enquanto pano de fundo sobre o qual se tecem as distintas correntes na filosofia da ciência contemporânea é referência obrigatória, embora negativa, de suas construções teóricas. Além disso, apesar de teoricamente demolido pelas críticas, parece que sua longa hegemonia fez decantar uma espécie de consciência prática positivista difícil de erradicar.

Essa soma de razões talvez explique porque hoje em dia toda intervenção no debate filosófico sobre a ciência parte de uma determinada interpretação do positivismo lógico. Na verdade, há em circulação uma interpretação amplamente aceita e reproduzida, sobre a qual se estrutura a maioria das teorias alternativas, críticas do positivismo lógico. Por isso, para compreender o debate contemporâneo na filosofia da ciência, é condição indispensável entender a concepção de ciência e de explicação científica da tradição positivista. Pretendemos mostrar no decorrer desta seção que a falência do positivismo lógico está associada à sua denegação por princípio das questões ontológicas. Nosso objetivo é sustentar a interpretação de que o fracasso da tradição positivista é o fracasso da impugnação à ontologia e que, por esta razão, torna-se incompreensível que sua crítica e superação sejam reclamadas por teorias, ligadas a Popper, Kuhn, Lakatos, etc., que também desqualificam a ontologia, ainda que de maneira oblíqua.

Na interpretação usual da tradição positivista, seus elementos programáticos fundamentais podem ser assim sumarizados: análise lógica de seu objeto – as ciências positivas ou empíricas. Sob esta ótica, sua concepção científica do mundo possui duas características: por um lado, é empirista e positivista, ou seja, o conhecimento é derivado apenas da experiência (o imediatamente dado); por outro, consiste da aplicação de um certo método (a análise lógica) (Caldwell, 1982: 13). Por conceber o conhecimento científico como conhecimento “empiricamente fundado”, o positivismo lógico impõe-se forçosamente como agenda o desenvolvimento de meios teóricos e técnicos (lógicos) capazes de assegurar que o discurso científico satisfaça tal condição. Visto sob este prisma, consiste de uma sorte de regulação lingüística que opera como um filtro através do qual só passam *proposições significativas*, a saber: 1) as proposições *sintéticas* – enunciados empíricos, factuais, que podem ser verificados ou falsificados pelo experimento ou observação empírica e 2) as proposições *analíticas* – enunciados que envolvem verdades lógicas, necessárias ou tautologias (lógica e matemática), ou seja, aquelas cuja verdade é uma função de sua estrutura lógica analítica (portanto, tautológica). É fácil entender que essa noção de significância cognitiva implica, de imediato, a interdição das ditas proposições “metafísicas” (ou ontológicas),²¹ entendidas como aquelas que não são analíticas nem passíveis de testes empíricos. Pode-se constatar, assim, que a impugnação da ontologia, momento central do programa lógico-positivista, se apresenta sob a forma de uma regulação lingüística presumidamente destinada a certificar que o conhecimento científico comece com observação empírica e termine por ela abonado, tenha na realidade empírica início e fim, e percorra portanto o circuito virtuoso e austero da tradição positivista de se ater aos “fatos”.

Tudo isso depende, como vimos, da possibilidade de discriminar entre proposições significativas e não-significativas. Discriminação que, é claro, está condicionada à definição de critérios. Todavia, a própria orientação empírica do programa traz consigo um critério latente, mais exatamente o princípio da verificação. Sob tal critério, só seriam significativas proposições

²¹ Sobre a identificação de ontologia e metafísica promovida pelo positivismo, ver Lukács (1984:349).

verificáveis pela evidência observacional.²² De acordo com o princípio da verificação, portanto, as proposições possuem significado apenas quando são passíveis de teste (empírico), por meio do qual seria possível estabelecer sua verdade ou falsidade.²³

Não obstante, o critério de (completa) verificação pela evidência empírica logo se revelou extremamente restritivo. As proposições universais, próprias do discurso científico, posto que necessárias para a especificação de leis científicas gerais, obviamente não teriam como ser completamente verificadas pela evidência observacional. Enfim, não há como justificar a adoção de um critério de significância cognitiva, formulado justamente para distinguir o empreendimento científico, que desqualifica o tipo de proposição (universal) que caracteriza a ciência. É trivial constatar que uma proposição universal não pode ser verificada de maneira conclusiva porque, precisamente por se referir a infinitas instâncias, não há como assegurar que não será contraditada a despeito do número de instâncias que já a tenham confirmado. Trata-se, nesse caso, do sempre mencionado problema da indução, originalmente exposto por Hume.²⁴ Não vem ao caso aqui detalhar as propostas elaboradas com o objetivo de contornar este problema e tampouco interessam seus pormenores técnicos. Deve-se apenas ressaltar que tais tentativas envolviam necessariamente algum expediente para relaxar a exigência de completa verificação empírica das proposições. Requisito do qual dependia, nunca é demais insistir, o propósito de depurar da ciência as proposições cognitivamente não significativas (“metafísicas”).

A proposta que acaba por prevalecer substitui o critério da verificação pelo critério da confirmação. Tal substituição tem a seguinte implicação: em lugar de se adotar a verdade das proposições universais como conceito absoluto, subentendida na noção de completa verificação pela evidência empírica, aceita-se o conceito relativo da confirmação. Sendo impossível verificar empiricamente as infinitas instâncias de uma lei universal, o critério da confirmação deflaciona tal exigência e admite que a ocorrência sucessiva de instâncias positivas aumenta seu grau de confirmação, indicativo do grau de confiança da lei, teoria ou proposição. Expressa nesses termos, a mudança de critério poderia parecer reduzir-se a uma questão de pormenor, mera sutileza semântica. Mas esta aparência é totalmente enganosa.²⁵ Na verdade, trata-se de uma alteração substantiva, até dramática, sobretudo quando se leva em conta que o objetivo programático da tradição positivista era o de demarcar a ciência, o conhecimento fundado na experiência, do saber não científico, “metafísico”. Sem dúvida, é grande a distância a separar a intenção inicial de distinguir entre conhecimento legítimo e proposições “metafísicas” da ampla aceitação de um critério de significância cognitiva (confirmação) incapaz de possibilitar tal discriminação.

O critério da confirmação, para enfatizar, impossibilita a eliminação definitiva dos chamados elementos “metafísicos” do discurso científico. Pela lógica deste critério, se em uma proposição, antes tida como científica – porque confirmada pela evidência disponível –, posteriormente se identificam elementos “metafísicos”, em virtude de ter sido refutada por novas evidências empíricas, devemos admitir, ao menos em princípio, que o mesmo pode ocorrer no futuro com qualquer proposição tida correntemente como científica. O que equivale a afirmar que todo conhecimento científico é provisório, incompleto e, por isso, está sempre constituído por elementos e noções “metafísicas” – não empiricamente fundadas. O critério da confirmação, portanto, está em flagrante contradição com o elemento programático central do positivismo lógico: a impugnação da ontologia.

É conveniente sublinhar neste particular a conexão existente entre a mudança do critério de significância cognitiva, da verificação para a confirmação, e a alteração da estrutura e função das teorias científicas e dos termos teóricos. Prescindindo das technicalidades aqui envolvidas, pode-se afirmar que a mudança de critério de significância decorre dos problemas intratáveis envolvidos na

²² Nas primeiras formulações do critério da verificação, atribuídas a Hempel, requeria-se que uma sentença fosse completamente verificada, ao menos em princípio, pela evidência empírica para possuir significado cognitivo. Embora o critério da testabilidade tenha sofrido alterações ao longo do tempo, a insistência no caráter decisivo da evidência observacional está presente em todas as definições alternativas de critério de significância cognitiva.

²³ Sobre a necessidade da testabilidade das teorias, ver Hutchison (1994: 158-9).

²⁴ Para uma exposição sintética e competente do “problema da indução” de Hume, ver Suppe (1977: 625).

²⁵ Ver Caldwell (1982: 25) para apreciação semelhante.

tentativa de estabelecer uma relação biunívoca entre termos teóricos e observacionais pretendida pelo programa original do positivismo lógico.²⁶ Naturalmente, esta noção de que os termos teóricos são diretamente conectados aos termos observacionais por uma espécie de algoritmo (regras de correspondência), implica a condição de uma verificação completa dos termos teóricos, por princípio sempre redutíveis a termos observacionais. Condição esta que colapsa no problema da indução, antes aludido. Na solução para tal impasse acaba predominando a formulação de uma nova descrição da estrutura do discurso científico, incluindo o papel dos termos teóricos, conhecido como método hipotético-dedutivo (H-D), atribuído a Carnap e Hempel (Caldwell, 1982: 24).

De acordo com esta nova abordagem, a “estrutura formal das teorias científicas reduz-se a um sistema hipotético-dedutivo que nada mais representa do que um cálculo lógico-axiomático. Sob tal ótica, a teoria é composta por axiomas com sentenças originárias (denotando observáveis ou entidades teóricas) e teoremas deles derivados dedutivamente” (Caldwell, 1982: 25). Tal estrutura, evidente, é necessariamente abstrata, uma vez que seu significado está condicionado a uma interpretação empírica. Para a estrutura teórica possuir significado empírico deve-se introduzir novas sentenças (em geral derivadas) traduzidas na linguagem observacional. Este tipo de estrutura apresenta uma espécie de hierarquia de hipóteses: “as hipóteses de nível superior referem-se a entidades teóricas e as de nível inferior, deduzidas da teoria, descrevem os fenômenos observáveis” (ibid.: 25-26). Dada esta hierarquia, pode-se testar a teoria a partir das hipóteses de nível inferior. De todas as características do método H-D, merece destaque o fato de suprimir o requisito de relação biunívoca direta entre os termos teóricos constitutivos da teoria e os observáveis ou empíricos. Nele os termos teóricos e os empíricos só adquirem significado no complexo total do sistema teórico (ou modelo). Em conseqüência, o “teste” ou validação empírica da teoria passa a ser indireto. Submeter uma teoria a teste, neste caso, não significa testar cada termo teórico isoladamente (ou seja, reduzi-lo a termos empíricos), mas sim avaliar a significância cognitiva do complexo teórico como um todo. As instâncias de confirmação da teoria emprestam assim significado apenas indireto aos termos teóricos constitutivos do sistema. O teste de uma teoria representa a comparação das conseqüências dela deduzidas (predições) com os dados empíricos. Como o teste é da teoria como um todo e não de cada termo teórico, o método H-D do discurso científico admite a existência de termos indefinidos ou parcialmente definidos do ponto de vista observacional (ibid.: 25-26).²⁷

Sob tal descrição, a estrutura teórica apresenta claramente um maior grau de flexibilidade, uma vez que qualquer refutação pelos dados não necessariamente implica a rejeição da teoria como um todo. Sempre há a possibilidade de redefinição ou alteração dos termos teóricos de modo a ajustar a estrutura teórica à evidência observacional. O método hipotético-dedutivo, por essa razão, torna ainda mais evidente o distanciamento das últimas formulações do positivismo lógico em relação aos propósitos originais da tradição positivista, a saber: depurar a linguagem da ciência dos elementos “metafísicos”. No método H-D, como vimos, há uma total permissividade com aquilo que de início se pretendia embargar. De fato, neste método as teorias científicas contêm termos teóricos cuja conexão com os termos observacionais é insondável. Se de início a tradição acreditava ser possível falar da verdade de uma teoria, entendida como correspondência com os fatos, com o H-D suprime-se a base para este tipo de postulação. A sucessiva confirmação de uma teoria pelas instâncias (dados) nada mais informa sobre a verdade da teoria. Não se pode assegurar, na interpretação do método H-D, que os seus termos teóricos denotam entidades, estruturas, objetos, etc. reais, aqui entendidos como empíricos. Em virtude disso, o teste empírico bem sucedido de uma teoria não é suficiente para garantir que ela é verdadeira ou se aproxima da verdade. Em uma palavra, o teste empírico é inconclusivo para determinar o caráter realista ou não das teorias

²⁶ De acordo com Suppe, na tradição positivista “o único discurso significativo era aquele construído em termos da linguagem fenomênica ou usando termos que fossem abreviações para (i.e., que pudessem ser parafraseados equivalentemente como) expressões na linguagem fenomênica; quaisquer assertivas que não cumprissem estas condições eram considerados *nonsense* metafísico” (Suppe, 1977: 13).

²⁷ Essa descrição do método H-D, que sintetizamos com base em Caldwell, pode ser apreciada com mais detalhe em alguns textos do livro compilado por Suppe (1977), aparentemente a fonte das considerações de Caldwell.

científicas. O método H-D, quando interpretado adequadamente, sugere apenas que o sistema teórico procura apreender e representar as relações funcionais dos fenômenos com o objetivo de descrever, se bem sucedido, o comportamento provável dos fenômenos no futuro. O teste empírico, neste caso, seria o procedimento apropriado capaz de avaliar a adequação do sistema teórico aos fenômenos observáveis de interesse. Quando positivo, o teste empírico seria assim mero índice do isomorfismo entre sistema teórico e fenômenos empíricos.

O método H-D vem sempre associado a uma teoria da explicação científica sob a forma de modelos denominados *covering law*: dedutivo-nomológico (D-N) ou indutivo-probabilístico (I-P).²⁸ Tais modelos exibem a seguinte estrutura: (1) condições iniciais e (2) leis universais, que compõem os axiomas (*explanans*); sendo (3) a explicação (*explanandum*) deduzida logicamente dos axiomas. A explicação de um fenômeno ou fato consiste então de sua subsunção à lei universal contida no *explanans*, derivando-se daí a expressão *covering law*. Com relação ao aspecto acima destacado – a possibilidade de o discurso científico eliminar termos, idéias, noções, etc. não-observacionais (não-empíricos) –, o modelo D-N (ou I-P) não reclama qualquer qualificação adicional, por ser a simples expressão da teoria da explicação científica pressuposta pelo método H-D. Neste sentido, apresenta igualmente os diversos problemas exibidos pelo H-D, sobretudo no que diz respeito às questões ontológicas. Como sublinha Norris, a teoria dedutivo-nomológica, que procura explicar os dados observacionais subsumindo-os a alguma ordem superior (metalingüística) de relações de vinculação lógica, está sujeita às objeções céticas inspiradas em Quine, para quem o complexo teórico está predicado a um esquema ontológico em última instância eletivo (Norris, 1996: 157).²⁹ Isto equivale a afirmar que o ajuste dos dados observacionais propiciado por uma teoria reduz-se a uma questão de preferência por tal ou qual esquema ontológico. Quando se examina, portanto, o desenvolvimento da agenda da tradição positivista, chega-se ao resultado paradoxal de uma filosofia que se obstinava, de início, a eliminar qualquer resquício de “metafísica” (ontologia) do discurso científico e que, por fim, se apresenta sob a forma de explicação científica (D-N) que franqueia o discurso científico a qualquer ontologia.

É fundamental salientar, tendo em vista o objetivo deste breve exame do positivismo lógico, que aqui se está diante de uma concepção que transita da postulação da possibilidade e necessidade da eliminação de colocações ontológicas para outra postulação que vindica justamente o oposto. De fato, no modelo D-N, como se viu, toda teoria científica não pode evitar o recurso a termos, elementos, noções, idéias ontológicos. Só que essa admissão do caráter ineliminável da ontologia no discurso científico é imediatamente negligenciada na medida em que sua presença é considerada insubstancial. Essa negligência, que é controversa, mas sem conseqüências imediatas no caso das ciências naturais, converte-se em absurdo para as ciências sociais, Economia incluída. Neste último caso, o objeto não é imune às concepções que dele se tem. Em outros termos, se o modelo D-N de fato descreve como opera a explicação em uma ciência social (Economia, por exemplo), as proposições desta ciência, inclusive as “metafísicas”, passam a ter influência direta sobre a realidade e as práticas sociais por constituírem uma determinada inteligibilidade do mundo sócio-humano que, com a chancela da ciência, ganha credibilidade social. O problema aqui, é preciso frisar, não reside no fato de que uma determinada concepção do mundo (no caso, social) subjacente a certa teoria científica seja ontologicamente absurda, pois a história das ciências naturais e sociais ilustra com fartura tal possibilidade. O problema está precisamente no fato de que uma teoria da explicação científica, uma teoria, portanto, que procura dar conta da especificidade do discurso científico, negligencie ou mesmo oblitere por completo a dimensão ontológica do discurso da ciência, seu alcance e suas repercussões na prática social.

²⁸ O modelo indutivo probabilístico (I-P) é uma espécie de versão fraca do modelo D-N, utilizado para os casos em que as leis denotam fenômenos de caráter probabilístico. No contexto deste artigo não trataremos das especificidades do modelo I-P. Para um tratamento detalhado ver Salmon (1984: 29pp.).

²⁹ Ver, a esse propósito, nota 34 adiante.

Compreendido desse modo, o modelo D-N, quando aplicado ao mundo social, gera noções no mínimo controversas.³⁰ Pela mecânica do modelo, do mundo sócio-empírico seriam derivadas as estruturas axiomáticas que, retroativamente, se converteriam em teorias em conformidade com a configuração social empiricamente constatável. Porém, se de acordo com a lógica do modelo as teorias são sempre normativas, a consonância entre teoria e realidade, ou sua corroboração empírica, seria um resultado *a priori* da própria teoria. Em outras palavras, se a teoria determina *a priori* como é a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade. Circularidade que, como assinalamos anteriormente, é mais grave no caso da realidade social do que no caso do mundo natural porque, de maneira velada, coleta valores sociais e os eleva a critérios que retroativamente legitimam a teoria.

Para tornar mais claro este problema pode-se considerar o caso da delimitação do domínio de investigação da microeconomia, tal como elaborado por Kreps em seu popular livro texto, onde é fácil perceber as noções ontológicas ali tacitamente pressupostas. Segundo Kreps,

[a] teoria microeconômica estuda o comportamento dos agentes econômicos individuais e a agregação de suas ações em diferentes estruturas institucionais. Esta descrição resumida introduz quatro categorias: o *agente* individual, tradicionalmente um consumidor ou uma firma; o *comportamento* do agente, tradicionalmente a maximização da utilidade pelos consumidores e a maximização dos lucros pelas firmas; uma *estrutura institucional*, que descreve quais opções os agentes individuais possuem e que resultados recebem como função das ações dos outros, tradicionalmente o mecanismo de preço em um mercado impessoal; e o modo de análise para modelar a maneira como os diversos comportamentos dos agentes serão agregados no interior de determinada estrutura, tradicionalmente análise de *equilíbrio* (Kreps, 1990: 3).

Ficam aí definidas valorações e/ou concepções acerca do mundo social: a estrutura social reduzida ao mercado; o ser humano é reduzido a indivíduo (consumidor); a racionalidade é reduzida a razão instrumental maximizadora; o mundo econômico é uma estrutura de equilíbrio. Neste caso, a questão essencial não é a se a teoria tem ou não a intenção de descrever corretamente a realidade, mas sim o fato de que ela traz sempre consigo uma inteligibilidade do mundo que, autorizada agora pelo discurso científico (econômico), sistematiza e fomenta doutrinariamente atitudes, regras, condutas, instituições, etc. empiricamente observadas. Com isso, a teoria retorna à realidade empírica sacralizando-a ou naturalizando-a em nome da ciência.

Esta é uma ilustração específica de um problema geral da tradição positivista, para o qual estamos chamando a atenção: a circularidade insolúvel da qual fica prisioneira diante de sua proposta inicial de construir um discurso científico livre de questões “metafísicas” (ontológicas). O próprio desenrolar de sua agenda evidencia a impossibilidade de tal cometimento. Por isso mesmo, a tradição sempre esteve a negar apenas nominalmente a ontologia, falsa profilaxia a pretexto da qual destilava *a* de sua preferência. Apesar desse impasse (impossibilidade de “purificar” o discurso científico) e dessa incongruência (sempre pressupor tacitamente uma ontologia) a que chega o desenvolvimento da tradição positivista, há quem imagine ter superado o impasse transformando incongruência em virtude. A tradição do crescimento do conhecimento, que de acordo com a literatura responde pela derrocada do positivismo lógico, tem como ponto de partida precisamente a inconsistência apontada. Inconsistência esta que pretendeu contornar de forma previsível: prescrevendo um relativismo ontológico. Admitida a impossibilidade de suprimir a ontologia, relaxar e adotar a mais conveniente, tal parece ser a lógica do argumento. É o que pretendemos mostrar em seguida.

A Tradição do Crescimento do Conhecimento

A redefinição do programa do positivismo lógico, com o reconhecimento da presença incontornável da “metafísica” (ontologia), é percebida e tematizada por autores que transitam,

³⁰ Para uma objeção à aplicação do modelo D-N à economia realizada no interior da tradição neoclássica, ver Hutchison (1994).

mesmo que criticamente, no interior desta tradição, dos quais destacamos Popper, Kuhn e Lakatos. No caso de Popper, ao propor a falsificação como critério de certificação da cientificidade de uma estrutura teórica, sobressai a ênfase no caráter provisório do conhecimento científico já pressuposto, como vimos, na substituição do critério da verificação pelo da confirmação. De acordo com Popper, a nenhuma teoria ou conjunto de proposições pode ser conferido o estatuto de verdade, mesmo que provisoriamente. Como não é possível esgotar toda a bateria de testes concebíveis (problema da indução), o máximo que se pode dizer de uma teoria é que ela é falsa, quando refutada pelos dados empíricos. Nestas circunstâncias, as teorias que resistem aos testes realizados são ditas corroboradas, consideradas como científicas até que sejam falsificadas. Como adota o método H-D, Popper naturalmente admite que as teorias científicas não estão livres da “nefasta” intrusão de noções “metafísicas”, de valores e, portanto, de ideologia, mesmo que seja utilizado o mais complexo conjunto de regras metodológicas.³¹ Porém, ao contrário da confiabilidade crescente das teorias implicada pelo critério da confirmação, de acordo com a dinâmica popperiana as teorias são construídas para serem refutadas. No primeiro caso, a idéia envolvida é a de que a ciência é um processo cumulativo e, no caso de Popper, fica explícito que a ciência progride por um processo de refutações sucessivas. Num caso, a ciência ou se aproxima progressivamente da verdade (realismo empírico) ou apresenta uma adequação empírica crescente (instrumentalismo) e, no outro, nunca se pode afirmar nada sobre a verdade da teoria, muito embora Popper mantenha a verdade como princípio regulador da atividade científica.³² Com isto se percebe que a concepção popperiana da dinâmica da ciência é distinta da implícita no positivismo lógico. Para este autor, a ciência é progressiva, porém não monotônica, pela simples razão de evoluir por meio de refutações.

Enquanto alternativa crítica ao confirmacionismo lógico-positivista, o falsificacionismo popperiano é manifestamente insuficiente.³³ Em primeiro lugar, como adota o método H-D, sua teoria está predicada à delimitação do domínio empírico que servirá de base para o processo de falsificação. Desse modo, sua teoria fica sujeita ao mesmo tipo de objeção dirigida ao procedimento do positivismo lógico que se propunha a criticar, a saber: impossibilidade de estabelecer uma distinção clara entre termos teóricos e termos observacionais. Em segundo lugar, essa admitida ambigüidade entre teoria e observação (fatos) equivale a dizer que é sempre possível manipular a teoria, com adição de hipóteses *ad hoc*, para promover sua adequação aos dados. Em consequência disto, o critério da falsificação demanda um conjunto extra de regras destinado a coibir esta prática ou imunizar o processo de falsificação destes procedimentos convencionalistas. Com isto, Popper reconhece a tese de Duhem-Quine,³⁴ que pode ser enunciada da seguinte forma: a inexistência de

³¹ Segundo Popper: “é, praticamente, impossível conseguir a eliminação dos valores extra-científicos da atividade científica. A situação é semelhante com respeito à objetividade; não podemos roubar o partidatismo de um cientista sem também roubá-lo a humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e *como cientista*. Nossos motivos e até nossos ideais puramente científicos, inclusive o ideal de uma desinteressada busca da verdade, estão profundamente enraizados em valorações extra-científicas” (Popper, 1978: 25).

³² “A importante idéia metodológica que *podemos aprender de nossos erros* não pode ser entendida sem a idéia reguladora de verdade; qualquer erro simplesmente consiste em um fracasso em viver de acordo com o padrão da verdade objetiva que é a nossa idéia reguladora. Denominamos ‘verdadeira’ uma proposição se ela corresponde aos fatos ou se as coisas são como descritas na proposição. É isto que é chamado de conceito absoluto ou objetivo de verdade que cada um de nós usa constantemente. A reabilitação bem sucedida deste conceito absoluto de verdade é um dos resultados mais importantes da lógica moderna. [...] Esta observação alude ao fato de que o conceito de verdade tem sido desprestigiado. Realmente, este foi o quadro que produziu as ideologias relativistas dominantes em nosso tempo” (Popper, 1978: 27-8).

³³ Ver Norris (1996: 157).

³⁴ De acordo com Norris, o argumento de Quine “contra o empirismo lógico e outras variantes do dualismo esquema/conteúdo, teoria/observação ou analítico/sintético baseia-se na idéia de que há um número infinito de maneiras possíveis de ajustar uma teoria – ou redistribuir seus predicados – de modo a levar em conta algum problema surgido no decorrer da pesquisa científica. E, por outro lado, há sempre a possibilidade de interpretar o dado (ou proposição observacional) anômalo de uma maneira que resolve qualquer conflito percebido com as verdades teóricas estabelecidas. Segue-se daí – na explicação holística de Quine – que nenhuma proposição singular (nenhum item de teoria ou evidência) pode ser jamais conclusivamente verificada ou falsificada. Porque, se o significado de uma proposição é dado por suas condições de verdade, e se essas últimas estão entrelaçadas com o inteiro ‘tecido’ das

experimentos cruciais para o teste de uma teoria abre espaço para a adoção de argumentos convencionalistas.

Portanto, a consistência do falsificacionismo requer um conjunto de regras metodológicas com a finalidade de evitar a adoção de estratégias convencionalistas (de imunização) ou hipóteses *ad hoc*. Com tal propósito, o falsificacionismo popperiano vem servido com diversas regras metodológicas que, em última análise, teriam por objetivo evitar que as teorias se tornem infalsificáveis e que as teorias já falsificadas sejam modificadas por intermédio da introdução de hipóteses *ad hoc* de modo a contornar a falsificação.³⁵

Apesar da tentativa de Popper de salvar sua teoria da ciência por intermédio da conjugação do falsificacionismo com regras metodológicas anti-convencionalistas, solução essa que suscita críticas específicas,³⁶ as objeções mais contundentes à sua teoria referem-se à questão da delimitação do domínio empírico. Tais objeções dizem respeito à ambigüidade entre teoria e observação e aplicam-se tanto a Popper quanto à teoria com a qual polemiza (positivismo lógico). Ambas as perspectivas constroem o argumento em um mesmo terreno, dado que ambas partem do pressuposto, subjacente ao H-D, de que as teorias são construídas com o objetivo de serem empiricamente testadas (verificadas, confirmadas ou falsificadas). Por essa razão, não conseguem oferecer resposta às críticas que sublinham a impossibilidade de distinguir entre termos teóricos e observacionais (Norris, 1996: 157).

A título de recapitulação, vimos de início que, no positivismo lógico, a suposta neutralidade da observação era o elemento central para a pretendida distinção entre ciência e “metafísica” (ontologia). Vale dizer, a observação é neutra e a teoria por ela verificada estaria conseqüentemente livre de quaisquer elementos ontológicos. Ainda no interior do positivismo lógico, com a mudança do critério da verificação para o da confirmação, a postulada neutralidade da ciência é posta em dúvida. Nesta nova roupagem da tradição positivista é reconhecida a impossibilidade de eliminar definitivamente os valores ontológicos da prática da ciência, embora se considere que sua influência pode se reduzir com as sucessivas instâncias de confirmação. O passo seguinte é dado por Popper, quando constata que a tentativa de eliminação dos valores ontológicos, segundo ele extra-científicos, da prática da ciência é uma quimera. Apesar da pretendida “imunização”, mediante a prescrição de regras metodológicas constitutivas do falsificacionismo popperiano, a prática da ciência não pode prescindir da intrusão dos valores extra-científicos. Isto porque as próprias prescrições anticonvencionalistas – que serviriam ao propósito de impedir que a lógica da ciência esteja sob influências “indevidas” (sócio-político-ideológicas), já são uma afirmação de valores, no caso, cientificistas – pressuporiam um desenvolvimento idealizado da ciência livre das vicissitudes da realidade social.

Com os filósofos do crescimento do conhecimento científico, dos quais destacamos Kuhn e Lakatos, chega-se ao desfecho desta história da tentativa de demarcação entre científico e não científico e o conseqüente expurgo da “metafísica” (ontologia). Trata-se de um desfecho previsível das incongruências que emergem no próprio desenvolvimento da tradição positivista, conforme já salientamos. Com estes filósofos da ciência, o objetivo inicial do programa positivista é declarado insustentável e a ontologia, sob diferentes denominações, passa a ser considerada elemento constitutivo do discurso científico. Em decorrência, caem no esquecimento as antigas e persistentes exortações à neutralidade axiológica da ciência. Entretanto, quando seria de se esperar que tal inflexão promovesse a sua reabilitação, a ontologia é novamente suprimida, agora sob a forma de

crenças correntemente aceitas, então se torna impossível fixar qualquer limite para a série de possíveis ajustamentos destinados a preservar a verdade” (Norris, 1997: 69). Ver também Norris (1996: capítulo 4).

³⁵ Dentre as regras metodológicas propostas por Popper destacamos as seguintes: “adotar tais regras que venham a assegurar a testabilidade de enunciados científicos; isso quer dizer sua falseabilidade; (...) em caso de ameaça ao nosso sistema, não o salvaremos mediante nenhum tipo de estratégia convencionalista; (...) somente são aceitáveis aquelas [hipóteses auxiliares] cuja introdução não venha a diminuir o grau de falseabilidade ou testabilidade do sistema em questão, mas sim, aumentá-lo” (Blaug, 1993: 56-57).

³⁶ Para muitos comentadores, com tal procedimento Popper transita de uma teoria descritiva *da* ciência para uma teoria prescritiva *para* a ciência.

relativismo. No que se segue examinamos brevemente o pensamento de Kuhn e Lakatos para explicitar esta supressão.

A enorme difusão do pensamento de Kuhn dispensa uma apresentação mais extensa. Como se sabe, Kuhn sugere que qualquer ciência particular existe e se desenvolve na medida em que delimita um campo e métodos específicos de investigação. Neste sentido, o conjunto sistemático de conhecimentos sobre determinado assunto desfruta necessariamente, durante o período em que exerce hegemonia, do estatuto de ciência “normal”. A história do progresso da ciência consiste, de acordo com esta visão, da história das revoluções através das quais cada ciência “normal” se instaura e vai sendo sucessivamente suplantada. As transformações aludidas pela concepção de Kuhn, vale dizer, as que dão lugar à superação de uma ciência “normal”, referem-se substancialmente às concepções gerais acerca do objeto da ciência em questão. Em outros termos, sendo o objeto neutro em relação a todos os esforços do conhecimento, nada acontece com ele com a passagem de uma ciência “normal” para outra. Isso significa que a noção de ciência “normal” está predicada ao que Kuhn denominou “paradigma”. Após diversas tentativas Kuhn parece ter-se definido pelo seguinte conceito de paradigma ou matriz disciplinar: “são constelações de crenças, pressuposições, heurísticas e valores que unem cientistas que trabalham em alguma disciplina [...] e consistem de quatro componentes principais: (1) ‘generalizações simbólicas’, (2) compromissos metafísicos e heurísticos, (3) valores e (4) exemplares” (Hausman, 1994: 198).

Sob tal perspectiva, as revoluções científicas são, no essencial, alterações substantivas de paradigmas sobre os quais uma ciência se sustenta (Pheby, 1988). Nas palavras de Hands:

A afirmação básica de Kuhn é a de que na ciência madura os membros de uma dada comunidade científica estão sempre cativos de um paradigma coletivamente compartilhado. Ao ‘sustentar’ um certo paradigma, o que os cientistas ‘vêm’, ou não ‘vêm’, é determinado pelo paradigma. As observações não são independentes e ‘livres de teoria’. Ao contrário, são produtos do paradigma e são ‘carregadas de teoria’ (Hands, 1994: 77).

Fica evidente nesta citação de Hands que, na concepção de Kuhn, a ontologia é elemento constitutivo da prática científica e, portanto, não pode ser descartada como dimensão extra-científica.³⁷

No que diz respeito à interpretação kuhniana do progresso da ciência, vale ressaltar que sua dinâmica se manifesta na mudança de paradigma. A passagem da ciência “normal” à ciência revolucionária e a conseqüente modificação de paradigma representariam um salto qualitativo no conhecimento científico. Durante a etapa de ciência “normal” acumular-se-iam anomalias que, a partir de determinado momento, tornar-se-iam intratáveis dentro do paradigma vigente. O paradigma revolucionário responderia às questões sem solução no paradigma decadente desde uma nova perspectiva e, adicionalmente, suscitaria questões qualitativamente novas.

Essa dinâmica multiparadigmática é objeto de intensos embates na filosofia da ciência. Tais disputas giram em torno do reconhecimento de que a noção de superação de um paradigma por outro envolve uma necessária incomensurabilidade entre eles. Se as teorias em Kuhn são fundadas sobre paradigmas e, em conseqüência, o significado de seus termos é interno ao paradigma, segue-se que a revolução científica se reduz, em última análise, a uma sucessão de teorias incomensuráveis, posto que baseadas em paradigmas que não admitem comparação. Um relativismo extremo, acolhido e repudiado em diferentes domínios exteriores à filosofia da ciência, é decorrência óbvia dessa idéia. Enquanto o próprio Kuhn parece ter procurado amenizar este relativismo explícito de sua concepção, há filósofos, como o pragmatista americano Richard Rorty, que o levam às últimas conseqüências (Duayer, 1994: Cap. 2, 28).³⁸

³⁷ Assim interpretado, o programa da tradição positivista se mostra claramente insustentável, uma vez que a própria demarcação do objeto e a definição do método de investigação são consideradas internas ao paradigma. O modelo D-N ilustra bem este ponto. Sob a ótica kuhniana, nele tanto os axiomas e a explicação quanto os próprios dados que permitem o teste da estrutura teórica são enunciados a partir de crenças, valores, técnicas, etc. Em síntese, são determinados pela ontologia implícita no paradigma.

³⁸ Rorty, que se auto-intitula kuhniano de esquerda, refuta a crítica de que o kuhnianismo conseqüente é relativista (Rorty, 1991: 23-28).

Devemos notar que a incomensurabilidade é um corolário da proposta metodológica de Kuhn. De tal corolário, parece se derivar a desqualificação das teorias ou correntes que afirmam a possibilidade de a ciência capturar a realidade. Sob a ótica kuhniana, toda teoria que presuma uma compreensão mais fidedigna, adequada, apropriada, etc. de um determinado complexo de fenômenos estaria incorrendo numa inconsistência lógica. A rigor, assim procedendo, estaria tentando se alçar à posição de metaparadigma, capaz, portanto, de aferir as teorias concorrentes. Desejo em tudo inconsistente com a própria noção de incomensurabilidade e de revolução científica. Qualquer que seja o critério em que se baseasse para afirmar sua superioridade sobre as rivais – supostamente objetivo, ou assumidamente subjetivo – estaria predicado a determinado paradigma (ontologia). Conjunto de noções que equivale, em síntese, a assumir a posição de um inescapável relativismo ontológico. Trata-se aqui, para enfatizar, de uma supressão da ontologia sob a forma de relativismo.

Assumida a incomensurabilidade entre paradigmas, resulta incompreensível a explicação do progresso da ciência. Não havendo como comparar duas teorias tidas como incomensuráveis não se pode afirmar se houve ou não progresso ou crescimento do conhecimento científico na passagem de um paradigma para outro, a não ser, é claro, do ponto de vista puramente pragmático, de adequação empírica. Esta debilidade da proposta kuhniana é objeto da crítica de Lakatos, que procura superá-la por meio de uma conciliação das propostas metodológicas de Kuhn e Popper. Lakatos desenvolve um assim chamado falsificacionismo sofisticado que tem como objetivo “não só fornecer prescrições de como a ciência deve proceder, como prover uma base para uma reconstrução racional descritiva da evolução científica” (Caldwell, 1982: 86).³⁹

A formulação de Lakatos gira em torno do conceito de programa de pesquisa científica (PPC), “definido por um conjunto de regras, ou heurísticas, que rege a pesquisa realizada no interior do programa” (Backhouse, 1994: 174). Na abordagem de Lakatos, um PPC é composto de dois elementos: um *núcleo central* e um *cinturão protetor*. De acordo com Blaug:

O núcleo central é tratado como irrefutável, devido à ‘decisão metodológica de seus protagonistas’, e contém, além de crenças puramente metafísicas, uma ‘heurística positiva’ e uma ‘heurística negativa’ que consistem, na realidade, em uma lista de ‘sims’ e uma lista de ‘nãos’. O cinturão protetor contém as partes flexíveis de um PPC, e é aqui que o núcleo central se combina com as hipóteses auxiliares para formar as teorias específicas a serem testadas, com os quais o PPC ganha sua reputação científica (Blaug, 1993: 75).

Talvez fosse possível sugerir, neste particular, que a proposta de Lakatos consiste de uma matização da teoria de Kuhn. Em sua crônica do debate entre Kuhn e Lakatos, Blaug lembra que Kuhn responde às “calúnias” de Lakatos sobre sua teoria relativizando as diferenças conceituais entre suas concepções e as de Lakatos (Blaug, 1993: 77).⁴⁰

A despeito de eventuais semelhanças, é preciso frisar que Lakatos procura explicitamente conjugar incomensurabilidade entre paradigmas (ou núcleos centrais) e noção de progresso científico, a partir de uma interpretação particular deste último conceito. A noção de progresso de Lakatos refere-se apenas ao movimento interno de determinado programa de pesquisa científica. Como o núcleo rígido deve possuir uma necessária estabilidade, o progresso consistiria basicamente de modificações ocorridas em seu cinturão protetor. Os programas de pesquisa são definidos em termos de *mudanças teóricas (problem shifts)*. Desse modo, um PPC pode ser representado por uma série de teorias T_1, T_2, \dots , sendo esta sucessão resultado, por exemplo, da introdução de hipóteses auxiliares destinadas a acomodar eventuais anomalias. Como tais modificações, entretanto, nem

³⁹ A teoria de Lakatos envolveria um falsificacionismo sofisticado, quando contraposto ao de Popper, porque demonstra ser implausível imaginar que as teorias sejam submetidas isoladamente aos testes de falsificação. Caso a ciência assim procedesse, teorias científicas fecundas, porém incipientes, seriam facilmente descartadas. Por essa razão, como mostraremos em seguida, Lakatos procura descrever o progresso da ciência como uma constante tentativa de refutação empírica de programas de pesquisa (tradições) e não de teorias isoladas (Suppe, 1977: 660).

⁴⁰ O paralelo entre as duas teorias é freqüente na literatura. Hausman, por exemplo, concede que Lakatos, “muito embora negligencie o que Kuhn denomina ‘valores’ e pouco mencione a questão dos ‘exemplares’, apresenta ‘uma explicação da estrutura global da ciência semelhante à de Kuhn’” (Hausman, 1994: 201). Ver também, neste particular, Backhouse (1994: 175) e Suppe (1977: 660-1).

sempre são válidas, Lakatos distingue entre PPC degenerativo e PPC progressivo. Distinção esta estabelecida para coibir a prática de acomodações ilícitas (estratagemas de imunização). Para ser considerado *teoricamente* progressivo, um programa de pesquisa científico deve exibir a seguinte dinâmica: suas mudanças teóricas (*problem shifts*) sempre implicam um maior conteúdo empírico em comparação com as teorias precedentes. Além de teoricamente progressivo, o programa tem de ser *empiricamente* progressivo, ou seja, deve corroborar o conteúdo empírico excedente (sobreviver às tentativas de falsificação). O PPC degenerativo, por outro lado, caracteriza-se pela adoção de hipóteses *ad hoc* que visam contornar os eventuais problemas empíricos que ocorram. Tal distinção entre os programas degenerativo e progressivo converte-se em critério de demarcação entre ciência e não-ciência – o PPC degenerativo é considerado não-científico.

A rigor, como se vê, Lakatos procurou identificar um critério que permitisse dar conta da noção de progresso, a despeito da incomensurabilidade dos PPC's (Suppe, 1977: 661). O critério considerado subentende, evidentemente, um relativismo ontológico – de forma mais contundente e explícita do que fizera Kuhn –, como fica patente na seguinte apreciação de Suppe: “Lakatos nega a possibilidade de confirmar indutivamente uma teoria e considera que todos os núcleos rígidos dos programas de pesquisa são provavelmente falsos, posto que nenhuma quantidade de testes das mudanças de questões de um programa de pesquisa pode determinar a validade de suas teorias. Portanto, é irracional supor que a teoria do PPC é verdadeira. Razão pela qual a ciência deveria encorajar a proliferação de programas de pesquisa rivais” (Suppe, 1977: 663-4).⁴¹

Considerados, portanto, os mesmos autores e lances da história da filosofia da ciência evocados por Lisboa para justificar sua interpretação e, por extensão, o instrumentalismo da tradição neoclássica, foi possível sacar uma leitura diametralmente oposta. Acreditamos ter mostrado nesta reexposição, e em patente contraste com a interpretação de Lisboa, que o relativismo ontológico manifesto nas propostas de Kuhn e Lakatos, e igualmente presente em outros autores não examinados aqui, pode ser encarado como o epílogo do desenvolvimento da filosofia da ciência no interior da própria tradição positivista. Por isso, havíamos afirmado, na segunda seção deste trabalho, que o instrumentalismo, juntamente com o relativismo ontológico que sempre o acompanha, é o desfecho previsível da missão impossível perseguida pela tradição positivista: a instauração de uma ciência axiologicamente neutra. Abortada a missão de erradicar os valores (ontologia), relaxar e assumir uma atitude de “benigna negligência” em relação aos valores (ontologia) parece ser a consigna relativista prescrita para ciência. Tal postura, ilustrada cristalinamente na apreciação de Lakatos por Suppe, acima citada, admite como premissa a idéia de que não só não se pode falar da verdade dos núcleos rígidos (ontologias), mas que eles “são provavelmente falsos”. Corolário desta concepção de ciência é a visão de que o saber científico não deve nem precisa reflexionar sobre o núcleo rígido e, por conseguinte, sobre as finalidades que instrumentaliza. Outro corolário é o de que a ciência se legitima por sua adequação empírica. No entanto, como conciliar estas noções com o reconhecimento, pelas correntes contemporâneas da filosofia da ciência, de que toda ciência pressupõe (e põe) um núcleo rígido, um paradigma, enfim uma ontologia, que nada mais significam do que uma representação do mundo da qual depende a própria inteligibilidade da ciência e das finalidades cuja realização ela assiste? Em outras palavras, como negligenciar “benignamente” as questões ontológicas e se fixar exclusivamente na eficácia empírica quando, admitidamente, a própria eficácia está determinada pelo núcleo rígido, pelo paradigma, pelos “valores básicos”, enfim pela ontologia? A “benigna negligência” do relativismo contemporâneo se apresenta como neutralidade (inocência) axiológica quando, na verdade, representa, no melhor dos casos, a simples naturalização inconsciente do existente. Nenhuma objeção se poderia fazer, é evidente, contra o conformismo ou a apologia do existente, mas outra coisa muito diferente, mesmo do ponto de vista exclusivamente teórico, é brandir a eficácia prático-operatória como critério insofismável da ciência e para além do qual qualquer pergunta ou inquietação é supérflua, inoportuna – digamos, metafísica.

⁴¹ Caldwell cita Lakatos para explicitar seu manifesto relativismo: “Uma vez que a ciência progride pela enunciação de tradições de pesquisa que são julgadas pelo seu ‘excesso de conteúdo empírico’, a proliferação de teorias é benéfica [...] [Nas palavras de Lakatos,] ‘pluralismo teórico’ é melhor do que ‘monismo teórico’” (Caldwell, 1982: 88).

Caso considerássemos, à guisa de comparação, autores como Smith, Ricardo, Keynes, Schumpeter e até mesmo de alguns neoclássicos como realistas, no sentido de que pretendiam suas teorias como representações da realidade, seria compreensível o nexos entre a representação (teoria) e as prescrições práticas dela derivadas. Mas se, ao contrário, considerássemos aqueles autores não-realistas, no sentido de que suas representações não guardariam qualquer relação com a realidade, o nexos entre as representações e as prescrições práticas delas derivadas, diferentes em cada caso, seria incompreensível, à medida que a representação não representaria nada no mundo real. Neste último caso, seria de se perguntar: qual o sentido de uma ciência sem imagem do mundo? De uma viagem sem mapa? De uma peça sem roteiro? De uma escola de samba sem enredo?

Contra o Relativismo, Contra o Instrumentalismo: Considerações Finais

Lisboa conclui seu segundo artigo explicitando as bases lakatosianas de sua crítica:

A regra metodológica/retórica do jogo, no entanto, é o abandono de alguma teoria apenas quando é proposta uma teoria alternativa com maior grau de falseabilidade capaz de explicar os fatos explicados pela teoria anterior e algum fato novo adicional. Infelizmente, parece-me, este desafio foi ignorado pela heterodoxia, que, no melhor dos casos, se satisfaz em apontar os limites dos modelos neoclássicos existentes e estabelecer princípios genéricos de uma teoria ideal que jamais se realiza. Talvez o destino inevitável da heterodoxia seja correr da ‘cheia’ que, persistente, arrogante e imperialista, invade nichos que se imaginavam fora do alcance neoclássico. O fracasso da crítica que desconhece o seu inimigo é a surpresa com a casa tomada, e, sobretudo, a necessidade permanente de reinventar, justificar e diferenciar o seu objeto de estudo (Lisboa, 1998: 144).

Muito seria possível dizer do destemor – ou imprudência – com que Lisboa pretende dar por resolvidas, com a chancela de Lakatos, controvérsias filosóficas cabeludíssimas. Para iniciar, gostaríamos de assinalar, ainda que marginalmente, que não é possível ser um instrumentalista conseqüente e, ao mesmo tempo, afirmar que uma teoria “explica os fatos”. Pois se o critério exclusivo reclamado pelo instrumentalismo é, como vimos, a adequação empírica, à teoria fica vedada *a priori* qualquer veleidade explicativa. No entanto, a nosso ver, esta não é a incongruência mais grave da formulação de Lisboa. Mesmo admitindo que a adequação empírica constitua de fato o critério exclusivo à disposição da ciência, noção que procuramos aqui contestar, a intimação que Lisboa dirige à heterodoxia não tem lógica. Mesmo admitindo sem maiores qualificações os termos de Lakatos, segue-se que os critérios de validação de uma teoria são internos aos PPC’s e, portanto, a definição do que é empiricamente relevante está determinado antecipadamente pelo “núcleo rígido”. Por essa razão, não teria sentido a heterodoxia, caso se pretenda mesmo heterodoxa, perseguir os critérios de adequação empírica fixados pelo “núcleo rígido” ortodoxo. A rigor, para serem ortodoxamente lakatosianas, as heterodoxias, quantas fossem, teriam cada qual de tratar de construir seus “núcleos rígidos” específicos. Afinal, o que importa para Lakatos não é o “pluralismo teórico”? Se é assim, as heterodoxias caem numa armadilha caso se submetam às metas, finalidades, valores, enfim, à ontologia ortodoxa, em lugar de criarem as suas próprias.

Parece, portanto, que as heterodoxias não teriam que se atormentar por não estarem à altura das demandas ortodoxas verbalizadas por Lisboa:

Mas, onde está a alternativa heterodoxa? Qual teoria têm esses autores sobre as flutuações de emprego, produção, os preços dos ativos financeiros e a estrutura a termo das taxas de juros? Qual sua teoria de leilões? Qual o mecanismo mais adequado para a venda de ativos? Qual a sua teoria sobre a relação entre comércio internacional e taxa de câmbio? Qual a proposta de política monetária? Quais os dados estatísticos que justificam esta proposta de política? Quais os critérios utilizados para mensurar a justiça social? Que testes empíricos estes autores utilizam para verificar a validade de suas teorias? Quais as implicações falseáveis? Em que casos essas teorias, se existem, apresentam melhores ou piores resultados do que os modelos neoclássicos? Além da lista dos princípios ideais que uma teoria econômica deve satisfazer, que mais fizeram os heterodoxos? Que argumento heterodoxo avança além de considerações e ponderações que não propõem qualquer proposição falseável ou analítica? Afinal, há alguma teoria científica heterodoxa, no sentido de Popper, ou, ao menos, algum conjunto de proposições analíticas que iluminem diversas relações de

causalidade? Ou, ainda, há algum argumento indutivo, dedutivo empiricista, pragmático nessa tradição? Afinal, a que vêm os heterodoxos? (Lisboa, 1998: 144).⁴²

Diante de tamanhas realizações, subentendidas nos desafios de Lisboa, seria de perguntar: que mundo é esse que vem sendo tão bem servido “empiricamente” pela ortodoxia neoclássica? Certamente não pode ser o mundo figurado pela heterodoxia, que se caracteriza precisamente por pressupor que o mundo pode e deve ser mudado, e não simplesmente reverenciado e administrado. Por isso, ao contrário do auto-enlevo neoclássico, quase autista, expresso por Lisboa, a heterodoxia ao menos pressente a complexidade do mundo, incluída aqui sua historicidade, e a natureza delicada da relação entre teoria e prática. Por isso é capaz de especular sobre outros mundos possíveis e/ou desejáveis. Por isso é mais reticente e reflexiva diante dos imperativos da prática imediata manipulatória. Por isso tudo, heterodoxo é sinônimo de crítico. E, por isso, não tem a heterodoxia de rivalizar com a ortodoxia no plano de suas supostas realizações prático-operatórias. Muito pelo contrário, se instaura pela crítica à ortodoxia, à sua imagem de mundo, ao seu “núcleo rígido”, aos seus “valores básicos”. É justamente por isso, para repetir o senso comum, que a ortodoxia é sinônimo universal de conservadorismo, enquanto as heterodoxias em geral são identificadas com mudança ou transformação.

É bem verdade que exortações à prática instrumental, como as de Lisboa, não são incomuns nos dias de hoje. Pode-se assumir, aliás, que são hegemônicas e refletem o espírito de uma época que se quer, pela voz de muitos teóricos, pós-ideológica, pós-industrial, pós-histórica, pós-moderna. Neste particular, é curiosa a convergência, certamente por motivações diversas, entre conservadores e “libertários”, em seu ceticismo, em sua rendição ao existente, ou seja, em sua naturalização da sociedade capitalista, e em sua conseqüente defesa do instrumentalismo. Todas essas manifestações de uma mesma postura filosófica anti-realista.

Na literatura contemporânea há inúmeros diagnósticos, elaborados a partir de diferentes perspectivas teóricas, desse espírito de época.⁴³ No plano teórico e filosófico, é geralmente identificado com o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o neopragmatismo, correntes que assumem uma doutrina ultra-relativista que nega, baseada em idéias pós-estruturalistas da linguagem, do discurso e da representação, qualquer possibilidade de acesso à realidade e à verdade.⁴⁴ De tais premissas segue-se a conclusão neopragmática de que a verdade é sempre somente o que passa por verdade no interior de uma dada “comunidade interpretativa” ou de um momento dado da constante “conversação cultural da humanidade” (Norris, 1997: 80). Noções semelhantes caracterizam igualmente a influente teoria dos *shifts* paradigmáticos de Kuhn, as variações de Feyerabend sobre o tema, o pós-modernismo radical de Lyotard, com seus jogos de linguagem incomensuráveis, como também “a abordagem ultranominalista de Foucault das questões de significado, referência, conhecimento e verdade”. Correntes cujas idéias convergem para a seguinte tese central: o que conta como “verdade” ou “realidade” a qualquer tempo é sempre relativo (ou construído em) a algum “jogo de linguagem” particular, “forma de vida”, ou contexto culturalmente específico de significados e valores. Tese que vem apresentada como argumento *a*

⁴² Como já foi feito anteriormente (ver nota 19), é preciso chamar a atenção para o uso inconsistente que Lisboa faz da noção de causalidade. Quando se parte Hume, ao menos da interpretação corrente que se faz de seu pensamento, como fez o autor, não tem o menor cabimento falar em causalidade. Justamente por ter partido do problema da indução atribuído a Hume é que Lisboa concluiu que a ciência não podia ser realista e, em virtude disso, defendeu o instrumentalismo como a única atitude coerente em relação à ciência. Por esta razão, por descartar enfim qualquer possibilidade de conhecimento objetivo do mundo, não pode presumir que a teoria neoclássica apanha relações de causalidade entre variáveis, fatos, fenômenos. Todas as relações propostas pela teoria denotam tão somente correlações (empíricas). Assim, parece-nos injusto que cobre da heterodoxia um empreendimento que considera impossível. Para uma crítica semelhante do uso da noção de causalidade no quadro de concepções de lei de inspiração humeana, ver (Lawson, 1997: capítulos 2, 3 e 7).

⁴³ Pode-se mencionar, entre outros, os seguintes autores: Habermas, Norris, Bhaskar, Callinicos, Anderson, Eagleton, Searle.

⁴⁴ “... [correntes e autores que], apesar de seus muitos desacordos, enfatizaram o caráter fragmentado, heterogêneo e plural da realidade, negaram ao pensamento humano a habilidade de atingir explicação objetiva da realidade e reduziram o portador deste pensamento, o sujeito, a uma confusão incoerente de impulsos e desejos sub- e transindividuais” (Callinicos, 1989: 2).

priori para “impugnar qualquer recurso a condições de validade para além daquelas que cumprem algum papel significante no ‘jogo de linguagem’ ou na ‘forma de vida’ em questão” (ibid.).

Neste sentido, o que todas essas correntes têm em comum “é a incapacidade, ou recusa categórica, em conceber que a ciência pode realmente fazer progresso em alcançar uma compreensão mais adequada (causal-explanatória) de objetos, processos e eventos ocorrendo no mundo real” (Norris, 1996: xiii-xv). O anti-realismo dessas concepções evidentemente se resolve numa teoria da “verdade” como *overlapping consensus*, tal como ilustrado pelos “valores básicos” de Friedman, já criticados anteriormente. Dizer que a verdade é interna a determinado “jogo de linguagem”, “esquema interpretativo”, etc., equivale a postular a paridade entre *verdade* e *falsidade*, e, por conseguinte, compreender a verdade como o conjunto de crenças compartilhadas em determinado âmbito ou esfera, como, portanto, *consenso* local. Por meio deste expediente certas tradições teóricas, que antes se imaginavam ou pretendiam positivas – axiologicamente neutras –, agora se constroem assumidamente a partir dos “valores básicos” (ou esquema ontológico, ou jogo de linguagem) das “ricas democracias liberais norte-atlânticas”, para usarmos aqui a expressão de Richard Rorty. E, como os “valores básicos” das “ricas democracias liberais norte-atlânticas” são por definição hegemônicos e, por extensão, consensuais, segue-se que as tradições que se constroem com base em tais valores são, por definição, relevantes e verdadeiras (empiricamente adequadas e eficazes). Por contraste, as concepções (heterodoxas) que estão fora do *overlapping consensus* merecem no máximo um indulgente desprezo, em virtude de sua incapacidade crônica de perceberem e se adequarem às “regras do jogo”. Deriva daí precisamente sua “ineficácia prática”, sua “inadequação empírica”.

Como assinalamos acima, essa posição cético-pragmática hegemônica não vigora sem crítica nos planos teórico, ético e político, mais gerais, assim como no terreno específico da filosofia da ciência.⁴⁵ Evidentemente, não caberia nestas considerações finais pretender elaborar uma síntese que fizesse justiça às críticas desenvolvidas por autores identificados com o realismo. Todavia, não poderíamos encerrar o artigo sem mostrar, para aqueles que se encontram rendidos ou paralisados pela retórica relativista-instrumental, que há em circulação correntes que procuram desfazer a rede de falácias com a qual o relativismo tem capturado os incautos.

Com esse propósito, vamos nos permitir apresentar sinteticamente a crítica elaborada por Searle, que, a despeito de não abranger todos os aspectos do debate, tem o mérito de ser extremamente concisa e objetiva. Searle inicia sua crítica por aquele que talvez seja o argumento central de todas as correntes anti-realistas. Trata-se da idéia de que todo conhecimento é lingüística, conceitual e culturalmente mediado. Certamente, acede o autor, todos concordam que sempre se necessita de um vocabulário para *descrever* e *afirmar* os fatos. Porém, nem disso, nem da constatação de que precisamos de uma linguagem para identificar e descrever os fatos, deduz-se que os fatos identificados e descritos não têm existência independente (de tais descrições e identificações). Em suma, constitui uma:

use-mention fallacy supor que a natureza lingüística e conceitual da *identificação* de um fato exige que o *fato identificado* seja ele próprio por natureza lingüística. Os fatos são condições que tornam as proposições verdadeiras, mas não são idênticos às suas descrições lingüísticas. *Nós inventamos as palavras para especificar os fatos e para nomear as coisas, mas não se segue daí que nós inventamos os fatos ou as coisas* (Searle, 1998: 22. Os itálicos na última frase são nossos).

Com respeito ao argumento do relativismo conceitual, Searle assinala que se salta da correta proposição de que todos os nossos conceitos são feitos por nós, para a ilação de que o realismo é falso, uma vez que nosso acesso à realidade exterior é necessariamente mediado por nossos conceitos. A formulação *standard* dessa idéia é a seguinte: “não há fatos exceto relativos a um esquema conceitual e, portanto, não há mundo real exceto relativo a um esquema conceitual”. Na opinião de Searle, esta noção é tão medíocre a ponto de não merecer crítica. Apesar disso, dispõe-se a oferecê-la. Abreviando seu curto argumento, o ponto a enfatizar é que não há qualquer

⁴⁵ Em outro artigo procuramos apresentar uma síntese da crítica realizada por Bhaskar ao relativismo ontológico contemporâneo (Duayer, Medeiros & Paineira, 1999).

inconsistência no fato de que podemos empregar diferentes esquemas conceituais para descrever o mundo exterior. O mundo é indiferente aos nossos modos de descrição, enumeração, etc. Diferentes sistemas de contagem, como na pesagem, por exemplo, nos oferecem descrições alternativas e verdadeiras de um único mundo (ibid.: 23).

Outra objeção ao realismo examinada por Searle, associada a Kuhn, refere-se à sub-determinação da teoria pela evidência. No fundamental, significa que a escolha entre teorias alternativas sobre o mesmo conjunto de fenômenos, por exemplo, entre a teoria heliocêntrica e a geocêntrica, não pode ser decidida com base na evidência empírica, uma vez que ambas são sub-determinadas pelos dados empíricos. No caso dos sistemas hélios ou geocêntricos, a evidência não teria como determinar a escolha, pois era consistente com ambos, admitidos alguns ajustes teóricos. Deste e outros casos da história das ciências se conclui, indevidamente segundo Searle, que

[a] história de tais ‘descobertas’ científicas mostra que se é suposto que a verdade designa uma relação de correspondência a uma realidade independente da consciência, então não existe algo como a verdade porque não existe tal realidade e, por conseguinte, nenhuma relação de correspondência (ibid.: 24).

Todavia, diz Searle, este argumento, apesar de muito antigo, é ainda assim péssimo. Pois o trânsito da teoria geocêntrica para a heliocêntrica não demonstra que não existe uma realidade independente da teoria. Muito pelo contrário, porque “todo debate só é *inteligível* sob o pressuposto de que *existe* uma tal realidade. Só entendemos o debate e sua importância se assumirmos que ele diz respeito a objetos reais – a terra, o sol, os planetas – e suas relações efetivas” (ibid.: 25). Em síntese, conclui o autor invertendo totalmente os termos da crítica ao realismo contra ela mesma, todo o debate e sua resolução têm por pressupostos a existência do mundo real e a idéia de que a ciência é meio de descobrirmos verdades sobre ele. Nesta interpretação, a escolha de uma teoria dentre outras com equivalente sustentação pela evidência consistiria, em oposição ao pretendido pela posição anti-realista, de uma afirmação da independência do mundo em relação ao nosso processo de seleção de teorias. Searle ilumina de maneira primorosa esta diferença tomando como objeto de crítica uma passagem de Quine sempre citada em amparo ao relativismo ontológico:

Quine argumentou, como amplamente sabido, que a sua aceitação da existência das partículas da física atômica era uma postulação equivalente, como postulação, à aceitação da existência dos deuses de Homero. Tudo bem, mas não se segue disso que depende de nós a existência dos elétrons, de Zeus ou de Atena. O que depende de nós é se aceitamos ou rejeitamos a teoria que *afirma* que eles existem. A teoria é verdadeira ou falsa caso eles existam ou não, independentemente de nossa aceitação ou rejeição da teoria (ibid.: 26).

Essa crítica, juntamente com outras aqui não mencionadas, serve ao menos para abalar a auto-suficiência das correntes anti-realistas contemporâneas e, em conseqüência, recoloca na agenda a questão da objetividade do conhecimento científico. Com isso, parece que qualquer continuidade do debate tem de partir deste consenso básico: não há como expurgar, seja como for, a ontologia. O reconhecimento do caráter objetivo do conhecimento científico, ao lado da admissão agora generalizada de que a ciência é sempre cultural, social, lingüisticamente mediada, sugere que qualquer desenvolvimento na análise da natureza e do papel da ciência não poderá mais pretender separar fatos e valores. Em outras palavras, parece não haver mais retorno à idéia de ciência axiologicamente neutra. Como então explicar as posições que compreendem tudo isso e ainda assim defendem o anti-realismo?

A conjugação de anti-realismo, relativismo e instrumentalismo procura equacionar justamente a admissão de que a ciência não é axiologicamente neutra com a imediata e absurda negligência desse fato. Postula a impossibilidade do conhecimento objetivo do mundo e, por isso mesmo, justifica a ciência pela eficácia prática. O que é velado nessa posição é que o papel da ciência, nesse caso, se reduz a reproduzir o existente, enfim a instrumentalizar os “valores consensuais”. No entanto, no plano da filosofia da ciência essa postura é insustentável e não é preciso ser nenhum dissidente, ou heterodoxo, para admitir isso. Richard Rorty, por exemplo, argumenta que a racionalidade instrumental, de uso profícuo nas ciências da natureza, sobretudo

sob a ótica de suas aplicações tecnológicas, de modo algum pode ser estendida mecanicamente às teorias sociais. O sucesso das aplicações tecnológicas pode ser entendido, com as devidas reservas, como um fim que valida os avanços das ciências da natureza. Nas ciências sociais, entretanto, assumir fins externos equivale a adotar uma teoria da manipulação – a idéia de que cumpre à ciência instrumentalizar cândida e inocentemente valores, interesses e finalidades externamente postos. Essa é a razão pela qual Rorty, quando se depara com o problema de justificar a prática instrumental, não o faz em nome da epistemologia. Muito pelo contrário, como um relativista ontológico conseqüente, como autor que denega o conhecimento objetivo da realidade, coerentemente trata a ciência como um *kind of writing* dentre outros, sem qualquer prerrogativa em termos de apreensão mais ou menos adequada da realidade, empírica ou não. Conseqüentemente, por nivelar os diversos discursos, o científico, o filosófico, o literário, etc., não pode explicar a especificidade da ciência, incluída sua eficácia prática, pela qualidade de seus métodos e linguagem em selecionar, coletar e tratar os “fatos”, por sua superioridade epistemológica. Pois os “fatos”, para um anti-realista, são sempre criação de um discurso. Sendo, portanto, impossível para um anti-realista explicar a eficácia instrumental da ciência por sua superioridade epistemológica, Rorty a justifica coerentemente no plano ético-político. Para Rorty, defender o caráter instrumental da ciência não significa reconhecer a superioridade metodológica e epistemológica do discurso científico, mas simplesmente defender os “valores básicos” das democracias liberais norte-atlânticas que a ciência decerto instrumentaliza – em sua opinião, os melhores que a história humana decantou até o presente (Rorty, 1991: 36-37). Contrastando os dois autores, Lisboa e Rorty, o que se tem, a rigor, são duas formas de legitimar a prática instrumental da ciência: uma, epistemológica (adequação empírica), que suprime a questão dos valores, interesses, etc. que a ciência reproduz; e outra, pragmática, que os assume aberta e francamente. Ambas promovem uma desembaraçada apologia do capitalismo, liberalismo, etc. A segunda ao menos tem o mérito de não dissimular as questões ontológicas sob o véu da eficácia prática. A apologia é feita às claras.⁴⁶

Para finalizar, e ainda com referência à ansiedade de Lisboa em relação ao conteúdo empírico das teorias, não poderíamos nos furtar a arriscar uma resposta à sua indagação: “[...] quantas investigações empíricas foram produzidas a partir d’*O capital*?” (Lisboa, 1998: 117). Neste particular, pode ser bastante lançar mão novamente da análise do primeiro autor citado neste trabalho. De acordo com Derrida, tido como um dos maiores filósofos contemporâneos, não-marxista,

Não há futuro sem Marx, sem a memória e sem a herança de Marx [...]. Não é preciso ser um marxista ou um comunista para render-se a esta evidência. Todos nós vivemos em um mundo, alguns diriam em uma cultura, que conserva, de modo diretamente visível ou não, em uma profundidade incalculável, a marca desta herança. [...] E por que um discurso deste tipo [do fim da história, do fim da ideologia, etc.] é procurado por aqueles que celebram a vitória do capitalismo liberal e sua aliança predestinada com a democracia somente para ocultar – em primeiro lugar de si próprios – o fato de que este triunfo nunca foi tão crítico, frágil, ameaçado e, até mesmo sob certos pontos de vista, catastrófico, em uma palavra, enlutado? Triunfo enlutado pelo que o espectro de Marx representa ainda hoje e que por isso é um caso a conjurar de modo jubilatório e maníaco (fase necessária de um trabalho de luto mal resolvido, segundo Freud), mas também, virtualmente, de luto por si mesmo. Ao ocultarem se si mesmas todos esses fracassos e todas essas ameaças, as pessoas gostariam de se esconder do potencial - força e virtualidade - daquilo que chamaremos o princípio e, até com ironia, de *espírito* da crítica marxista (Derrida, 1994).

Se tem alguma razão o filósofo, seria de se perguntar: há algo mais empírico do que um fantasma que assombra toda a cultura ocidental?

⁴⁶ Para ilustrar a diferença que faz assumir uma ou outra postura, basta pensar em uma sociedade escravocrata ou fascista. Sob a “abordagem” de Lisboa, a ciência social, Economia, por exemplo, de uma sociedade deste tipo justificaria-se por sua adequação empírica e, nesta medida, seria instrumento da reprodução eficaz da escravidão ou do fascismo. Sobre a natureza dos valores da sociedade escravocrata ou da fascista não teria que se ocupar a Economia: tais questões escapariam de sua esfera de competência – prática. Rorty, ao contrário, justifica o caráter instrumental da ciência social contemporânea precisamente porque, segundo ele, as sociedades democráticas norte-atlânticas são sociedades presumivelmente baseadas no consenso não coercitivo, sociedades que presumivelmente nutrem os valores da igualdade, da liberdade e da justiça. Neste sentido, o uso instrumental da ciência está predicado a supostas virtudes das sociedades liberais democráticas, e não simplesmente, como quer Lisboa, à eficácia da ciência.

Bibliografia

- BACKHOUSE, R.E. (1994). "The Lakatosian Legacy in Economic Methodology", in BACKHOUSE, R.E. (ed.), *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge.
- BHASKAR, R. (1997). *A Realist Theory of Science*. New York: Verso.
- BHASKAR, R. (1991). *Philosophy and the Idea of Freedom*. Oxford: Basil Blackwell.
- BLAUG, M. (1993). *Metodologia da Economia*. São Paulo: Edusp.
- CALDWELL, B. (1982). *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*. London: George Allen & Unwin.
- CALLINICOS, A. (1989). *Against Postmodernism: a Marxist Critique*. New York: St. Martin's Press.
- DERRIDA, J. (1994). "Spectres of Marx", *New Left Review*, 205: 31-58.
- DUAYER, M., MEDEIROS, J.L. e PAINCEIRA, J.P. (1999). "Dilemas da Sociedade Salarial: Realismo ou Ceticismo Instrumental". Anais do XXVII Encontro Nacional da ANPEC, Belém.
- DUAYER, M. (1998). "Purgatório (Curto Conto Teológico-Methodológico)", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2: 144-159.
- DUAYER & MORAES (1997). "Neopragmatismo: a História como Contingência Absoluta", *Tempo*, 2(4): 27-48.
- DUAYER, M. (1994). "Manipulação ou Emancipação? Pragmatismo e Ciência Econômica. Tese de Titular, UFF, Niterói. Mimeo.
- FOUCAULT, M. (19XX). *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Martins Fontes.
- FRIEDMAN, M. (1994). "The Methodology of Positive Economics", in HAUSMAN, D.N. (ed.) *The Philosophy of Economics: an Anthology*. New York: Cambridge University Press.
- HANDS, D.W. (1994). "Popper and Lakatos in Economic Methodology", in MÄKI, U., GUSTAFSSON, B. & KNUDSEN, C. (eds.), *Rationality, Institutions and Economic Methodology*. London: Routledge.
- HAUSMAN, D.N. (1994). "Kuhn, Lakatos and the Character of Economics", in BACKHOUSE, R.E. (ed.), *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge.
- HUTCHISON, T.W. (1994). "On Verification in Economics", in HAUSMAN, D.N. (ed.) *The Philosophy of Economics: an Anthology*. New York: Cambridge University Press.
- KREPS, D. (1990). *A Course in Microeconomic Theory*, Princeton University Press.
- LAWSON, T. (1997). *Economics and Reality*. London: Routledge.
- LISBOA, M. (1997). "A Miséria da Crítica Heterodoxa – Primeira Parte: Sobre as Críticas", *Revista de Economia Contemporânea*, 2 (Jul-Dez): 5-66.
- LISBOA, M. (1998). "A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica", *Revista de Economia Contemporânea*, 3 (Jan-Jun): 113-151.
- LUKÁCS, G. (1984). *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Darmstadt: Luchterhand.
- NORRIS, C. (1996a). *Reclaiming Truth: Contributions to a Critique of Cultural Relativism*. Durham: Duke University Press.
- NORRIS, C. (1996b). "New Idols of the Cave: Ontological Relativity, Relativity, Anti-Realism and Interpretation Theory", *Southern Humanities Review*, v. 30, n. 3, Summer 1996.
- NORRIS, C. (1997a). *Against Relativism: Philosophy of Science, Deconstruction and Critical Theory*. Oxford: Blackwell.
- NORRIS, C. (1997b). *Resources of Realism: Prospects for 'Post-Analytic' Philosophy*. London: Macmillan.
- PHEBY, J. (1988). *Methodology and Economics: a Critical Introduction*. Armonk: M.E. Sharpe.
- POPPER, K. (1963) *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. London: Routledge.
- POPPER, K. (1978). *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UnB.
- POSSAS, M. (1997). "A Cheia do Mainstream: Comentários sobre os Rumos da Ciência Econômica", *Revista de Economia Contemporânea*, 1 (Jan-Jun): 13-37.
- ROBINSON, J. (1973). *Economic Philosophy*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd.

- RORTY, R. (1991). *Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALMON, W. (1984). *Scientific Explanation and the Causal Structure of the World*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHUMPETER, J. (1976). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen & Unwin.
- SEARLE, J.R. (1995). *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press.
- SEARLE, J.R. (1998). *Mind, Language and Society: Philosophy in the Real World*. New York: Basic Books.
- SOLOW, R. (1994). "Science and Ideology in Economics", in HAUSMAN, D.N. (ed.) *The Philosophy of Economics: an Anthology*. New York: Cambridge University Press.
- SUPPE, F. (ed.) (1977). *The Structure of Scientific Theories*. Urbana: University of Chicago Press.